

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 092/2025
Data: 10/07/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
DEPUTADOS DA BAIXADA SANTISTA DEFENDEM EQUILÍBRIO EM COMISSÃO QUE REVISA LEI DOS PORTOS	4
BRASIL E CHINA ASSINAM ACORDO PARA CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO ATÉ O PERU	4
NOVO TERMINAL DE CRUZEIROS EM SANTOS É AUTORIZADO E TERÁ INVESTIMENTO ACIMA DE R\$ 1 BILHÃO	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
PELO TERCEIRO MÊS CONSECUTIVO, PORTOS BRASILEIROS BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO TOTAL	7
AUTORIZAÇÃO DE NOVE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS VAI GARANTIR INVESTIMENTOS DE 4,72 BILHÕES	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E SETOR PRODUTIVO ANUNCIAM R\$ 4,7 BILHÕES PARA MODERNIZAR INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.....	9
SILVIO COSTA FILHO DEFENDE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA NO PAÍS	11
MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM PORTOS É A MAIOR DA HISTÓRIA	12
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
RENAN FILHO LANÇA VLT E VISTORIA DUPLICAÇÃO DA BR-230 NA PARAÍBA NESTA SEXTA (11)	13
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AVANÇA NA OTIMIZAÇÃO DA CONCESSÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE.....	14
RENAN FILHO ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 31,7 BILHÕES EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NA BAHIA.....	15
MINISTRO DOS TRANSPORTES ABRE CICLO DE DEBATES SOBRE PLANEJAMENTO LOGÍSTICO	16
EXAME	18
TARIFA DE TRUMP: QUANTO O BRASIL DEPENDE DAS EXPORTAÇÕES PARA OS EUA — E VICE-VERSA? VEJA RESPOSTAS.....	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	22
EDITORIAL – A COMISSÃO E O NOVO MARCO REGULATÓRIO	22
NACIONAL - HUB – CURTAS - TCU DEVE SE MANIFESTAR SOBRE O TECON SANTOS 10 NO PRÓXIMO MÊS.....	22
<i>A expectativa do ministro</i>	23
<i>Em análise</i>	23
<i>Cronograma</i>	23
<i>Fundo do mar</i>	23
<i>Velho Oeste</i>	23
NACIONAL - LULA REAGE A TARIFAÇO DE TRUMP E CITA NOVA LEI DE RETALIAÇÃO COMERCIAL	23
NACIONAL - MPOR CELEBRA ACORDOS PARA NOVOS TUPs COM INVESTIMENTOS DE R\$ 4,72 BI.....	25
NACIONAL - “TEMOS QUE ELIMINAR OS GARGALOS DOS LICENCIAMENTOS”, ALERTA PRESIDENTE DA ATP	26
NACIONAL - CÂMARA INSTALA COMISSÃO PARA DISCUTIR NOVO MARCO DOS PORTOS	26
NACIONAL – BRASIL TEM 12 AEROPORTOS ENTRE OS 100 MELHORES DO MUNDO.....	28
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO ANUNCIA R\$ 31,7 BILHÕES PARA CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NA BAHIA.....	28
REGIÃO NORDESTE - BAHIA VAI CONTRATAR PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARA O PORTO DE ILHÉUS.....	29
REGIÃO NORTE - DNIT CONCLUI METADE DA NOVA PONTE SOBRE O RIO TOCANTINS NA BR-226.....	30
BAHIA ECONÔMICA - BA	31
NORDESTE PODE PERDER R\$ 16 BILHÕES AO ANO COM TARIFA DE 50% SOBRE O BRASIL, INFORMA SUDENE	31
CARNES, AVIÕES, CAFÉ E MAIS: COMO O TARIFAÇO DE TRUMP AFETA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	32
CÂMARA BRASIL-RÚSSIA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO	34
CÂMARA BRASIL-RÚSSIA ELEGE NOVA DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 2025-2028	34
JORNAL O GLOBO – RJ	37
BRASIL AVALIA QUEBRAR PATENTES EM REAÇÃO A TRUMP, MAS GOVERNO LULA VAI ESPERAR TARIFA ENTRAR EM VIGOR..	37
BRASIL CRIARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA ANALISAR LEI DA RECIPROCIDADE APÓS TARIFA DOS EUA, DIZ HADDAD.....	39
TARIFA OU SANÇÃO? ENTENDA POR QUE A MISTURA DE POLÍTICA COM ECONOMIA DE TRUMP SURPREENDE TANTO OS DIPLOMATAS	40
TARIFA DOS EUA AFETA MAIS O SUDESTE, DIZ PRESIDENTE DE AGÊNCIA BRASILEIRA PARA EXPORTAÇÃO	42
'TARIFAÇO DE TRUMP É DELETÉRIO E É PRECISO HAVER NEGOCIAÇÃO', DIZ TARCÍSIO	43
TARIFA DE TRUMP VAI ENXUGAR R\$ 110 BILHÕES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, CALCULA BTG.....	44
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	45
HADDAD CRITICA ‘VASSALAGEM’ DE TARCÍSIO E GOVERNADOR DIZ PARA MINISTRO ‘TRABALHAR MAIS’	45



BRASIL VAI COBRAR 50% EM TAXAS DOS ESTADOS UNIDOS CASO TRUMP CUMPRA TARIFAÇO, DIZ LULA	46
OPOSIÇÃO ARTICULA CONTRAPONTO À PEC DA SEGURANÇA DO GOVERNO LULA EM JANTAR COM EMPRESÁRIOS	47
EUA, CHINA, ARGENTINA? QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL?	49
‘SOBERANIA NACIONAL É INEGOCIÁVEL’, DIZ FIESP, APESAR DE RECONHECER ‘IMPACTO NEGATIVO DAS TARIFAS’	51
QUAIS AS EMPRESAS DO BRASIL MAIS AFETADAS PELAS TARIFAS DE TRUMP; VEJA LISTA	52
VALOR ECONÔMICO (SP).....	54
DEMURRAGE: O QUE A DECISÃO DO STJ MUDA?	54
MERCADANTE CRITICA TAXAÇÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	55
MAIOR PORTO EUROPEU SE PREPARA PARA GUERRA	56
PAÍS PRECISA INVESTIR MAIS EM RODOVIA E FERROVIA	58
AGENDA LOGÍSTICA DEVE SER DE LONGO PRAZO	59
AGÊNCIA BRASIL - DF	61
CENTRAIS SINDICAIS MANIFESTAM-SE CONTRA TARIFAÇO IMPOSTO POR TRUMP	61
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	62
'TARIFAÇO' TRAZ RISCO MAIOR PARA PEQUENOS E MÉDIOS EXPORTADORES, APONTAM ANALISTAS	62
SUPER TERMINAIS ENCOMENDA MAIS 3 GUINDASTES PARA EXPANDIR OPERAÇÕES NO RIO AMAZONAS.....	63
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA ATINGE 532 MILHÕES DE TONELADAS EM 5 MESES	64
PROJETOS DE APOIO FORAM DESTAQUE ENTRE NOVAS PRIORIDADES DO FMM.....	64
PECÉM REGISTRA AUMENTO DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º SEMESTRE	66
CHINA APROVA FUSÃO DA CSSC E CSIC PARA CRIAR MAIOR CONSTRUTOR NAVAL DO MUNDO.....	66
TUPS PLANEJAM INJETAR MAIS R\$ 4,7 BILHÕES EM 6 ESTADOS	67
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	68
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	68



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

DEPUTADOS DA BAIXADA SANTISTA DEFENDEM EQUILÍBRIO EM COMISSÃO QUE REVISARÁ LEI DOS PORTOS

Parlamentares querem garantir modernização do setor sem prejudicar direitos dos trabalhadores portuários

Por Bárbara Farias 10 de julho de 2025



Deputados federais ressaltam importância de atualizar marco legal sem prejudicar profissionais dos cais (Alexsander Ferraz/AT)

Os três deputados federais da Baixada Santista fazem parte da comissão especial, instalada nesta quarta-feira (9) na Câmara, que discutirá e aperfeiçoará o Projeto de Lei (PL) 733/2025, que revisa a Lei dos Portos. Eles defendem equilíbrio na relação capital-trabalho.

O vice-presidente da comissão, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), ressaltou a responsabilidade da mudança. “Para que tenhamos um sistema portuário desburocratizado, que atraia investimentos, a simplificação do licenciamento ambiental, para que o investimento seja mais célere, e uma posição equilibrada entre capital e trabalho. Temos que ouvir todos os setores, para que a gente tenha um texto que represente os interesses do Brasil”.

Na ocasião, Barbosa solicitou, por requerimento, uma visita técnica da comissão ao Porto de Santos, com realização de audiência pública. “Nada como estar no local, vendo o funcionamento da operação e conhecendo a realidade dos trabalhadores”, argumenta.

Membro titular da comissão, Rosana Vale (PL) afirma que levará contribuições que garantam os direitos dos trabalhadores portuários. “Vou propor audiências públicas para tratar da qualificação do trabalhador portuário”, diz.

“A legislação moderna não pode prejudicar o trabalhador, famílias dependem do serviço portuário. Vou acompanhar cada passo dessa comissão para que a gente encontre brechas que sejam aprimoradas, e que de forma nenhuma penalize o trabalhador”, complementa.

Suplente na comissão, Delegado Da Cunha (PP) também defende os portuários. “O avulso, por exemplo, tem um regime diferenciado de trabalho. Precisa haver equilíbrio entre a modernização dos portos e os trabalhadores”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 10/07/2025*

BRASIL E CHINA ASSINAM ACORDO PARA CORREDOR FERROVIÁRIO BIOCEÂNICO ATÉ O PERU

Parceria entre Infra SA e China State Railway prevê estudos para conectar a Bahia ao Porto de Chancay, reduzindo custos e tempo de exportação para a China

Por A Tribuna.com.br 9 de julho de 2025

O Ministério dos Transportes, por meio da Infra S.A., assinou nesta segunda-feira (7) um acordo com a maior empresa ferroviária estatal do mundo, a China State Railway. A parceria visa concretizar o

corredor ferroviário bioceânico, conectando o Brasil (da Bahia) ao Porto de Chancay, no Peru, o que deverá reduzir o tempo e os custos de exportação para a China.



Porto de Chancay, no Peru, é o destino do corredor que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, a partir da Bahia (Cosco Shipping/Divulgação)

O acordo prevê estudos conjuntos para avaliar a viabilidade de um novo corredor ferroviário bioceânico para o Oceano Pacífico, via Porto de Chancay. A proposta visa reposicionar o país no comércio internacional, gerando benefícios logísticos, econômicos e ambientais.

A assinatura do memorando é resultado de um processo iniciado em abril, quando uma delegação chinesa visitou o Brasil e percorreu projetos estratégicos como a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e a Ferrovia de Integração Leste-Oeste (Fiol). Em maio, durante missão oficial à China, o Governo Federal manteve reuniões com autoridades chinesas, aprofundando o diálogo técnico e institucional que levou à formalização da parceria.

Desde então, equipes dos dois países vêm realizando análises da logística brasileira, com foco no escoamento da produção agrícola e mineral do Centro-Oeste para os portos do Arco Norte e Sudeste. O eixo ferroviário Fico-Fiol, cujo leilão está previsto para o próximo ano, é a base do corredor em estudo.

O projeto também considera a integração com outros modais de transporte, como rodovias e hidrovias. O objetivo é estabelecer uma rede logística integrada e sustentável, conectada aos principais corredores comerciais do mundo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/07/2025

NOVO TERMINAL DE CRUZEIROS EM SANTOS É AUTORIZADO E TERÁ INVESTIMENTO ACIMA DE R\$ 1 BILHÃO

Empreendimento projetado para a Ponta da Praia ainda precisa de uma série de licenças para sair do papel

Por Maurício Martins 10 de julho de 2025



Projeto Santos Vivo se estenderia em paralelo ao canal de navegação do Porto, em área de 294 mil m² (Reprodução)

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) autorizou nesta quarta (9) a instalação de um novo terminal de passageiros na Ponta da Praia, em Santos, orçado em R\$ 1,247 bilhão. Por meio do contrato de adesão 4/2025, o MPor dá o aval administrativo para o investimento, que ainda precisará de uma série de licenças para que seja construído. O empreendimento já havia conseguido autorização da Agência Nacional

de Transportes Aquaviários (Antaq).

O projeto, denominado Santos Vivo, é da empresa Transbrasa, que possui terminal retroportuário em Santos. O novo equipamento para cruzeiros se estenderia em paralelo ao canal de navegação do Porto, às margens da Baía de Santos, em uma área de 294 mil metros quadrados (m²).

Em nota enviada para A Tribuna, a Transbrasa ressaltou que o anúncio cumpre uma etapa fundamental para a continuidade dos estudos técnicos com vistas à futura implantação.

“É um projeto que elevará o patamar de Santos mundialmente, em termos turísticos e portuários. Vai contribuir para o desenvolvimento da Cidade, atendendo as demandas projetadas para os aspectos portuário, turístico e de sustentabilidade”, destacou a empresa.

O empreendimento precisará de autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por ser área federal, da Marinha (por conta do canal de navegação), da Prefeitura (para estar em conformidade com a atividade permitida no bairro) e licenciamento ambiental.

Em julho do ano passado, A Tribuna publicou reportagem sobre a intenção de implantar esse projeto em Santos. Na ocasião, especialistas classificaram a proposta como inviável, por conta dos impactos aos moradores da Ponta da Praia, e por não ter demanda para dois terminais de passageiros em Santos.



Vale lembrar que o atual terminal Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, em Outeirinhos, deve ser transferido para o Valongo. A ideia é construir um espaço moderno e com capacidade ampliada para navios, revitalizando a área. O custo da laje para a implantação nesse local na água, em frente

ao Parque Valongo, seria de responsabilidade da empresa vencedora do leilão do Tecon Santos 10, que ficará ao lado, no cais do Saboó.

Autorizações

O novo terminal da Ponta da Praia foi apenas uma das autorizações assinadas ontem pelo MPor. A pasta ainda deu aval para a implantação de outros quatro novos terminais portuários e a expansão de mais quatro já existentes, em cinco estados brasileiros. Os investimentos privados chegam a R\$ 4,7 bilhões.

Com as autorizações assinadas, as empresas responsáveis poderão iniciar as obras. A previsão é que os primeiros serviços comecem ainda no segundo semestre de 2025, com operações sendo iniciadas progressivamente a partir de 2026. A expectativa é que os empreendimentos gerem mais de 10 mil empregos diretos e indiretos nas fases de construção e operação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirma que o Brasil tem um potencial logístico crescente, principalmente para a exportação de alimentos para Ásia, Europa e países da própria América do Sul. “A nossa expectativa é de um crescimento médio entre 3% e 6% nos próximos anos”, projetou. De acordo com o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, cerca de 65% da movimentação de cargas no Brasil é por meio de terminais de uso privado (TUPs). “São fundamentais para garantir eficiência e competitividade logística no País”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PELO TERCEIRO MÊS CONSECUTIVO, PORTOS BRASILEIROS BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO TOTAL

O maior volume de movimentação para maio também foi registrado para graneis sólidos e cargas containerizadas



Foto: Porto de Rio Grande (RS)

Brasília, 09/07/2025 – Os portos brasileiros movimentaram 118,4 milhões de toneladas de cargas no mês de maio de 2025, o que representa um crescimento de 6,94% em comparação com o mesmo período do ano passado.

O número é o maior registrado para um mês de maio desde o início da série histórica. Nos últimos dois meses do ano, também foram

atingidos recordes mensais para a movimentação portuária total.

Os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) também demonstram que o acumulado de movimentação de janeiro a maio chegou a 531,9 milhões de toneladas.

Entre os destaques percentuais das mercadorias movimentadas estão o Carvão Mineral com crescimento de 26,78% (1,5 milhão de toneladas de cargas), os Fertilizantes com alta de 16,32% (3,8 milhões de toneladas de cargas) e o Gás de Petróleo com aumento de 16,31% (0,4 milhão de toneladas de cargas).



Cargas

As movimentações de graneis sólidos e de cargas containerizadas também alcançaram recordes para o mês. O primeiro movimentou 73,4 milhões de toneladas de cargas com crescimento de 7,62% e o segundo chegou a 13 milhões de toneladas (o que representa 1,2 milhão de TEUs), um aumento de 5,15%.

Os graneis líquidos, com um acréscimo de 5,7% frente a maio de 2024, registraram movimentação de 26,5 milhões de toneladas movimentadas, e as cargas gerais atingiram total de 5,4 milhões, com uma alta de 8,23%.

Navegação

Ao longo do quinto mês do ano, a navegação por longo curso foi responsável pela movimentação de 85,6 milhões de toneladas de cargas, um aumento de 7,61% em relação a maio de 2024.

Por sua vez, a movimentação da cabotagem atingiu 24,6 milhões de toneladas, crescendo 3,64% e a navegação interior movimentou 7,9 milhões de toneladas, alta de 11,41%.

Portos Públicos e Privados

Também com recordes de movimentação para maio estão os portos públicos e os terminais privados.

Os portos públicos movimentaram 42,3 milhões de toneladas de cargas no quinto mês de 2025. O número representa aumento de 4,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Entre os 20 portos públicos que mais movimentaram no país, o com maior crescimento percentual no mês foi o Porto de Rio Grande (RS), devido aos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul no ano passado. O aumento foi de 46,86%, frente a maio de 2024, e a movimentação atingiu 2,5 milhões de toneladas.

Nos terminais autorizados houve um crescimento de 8,1% na movimentação em relação a maio do ano passado. O setor movimentou 76,1 milhões de toneladas de cargas.

Entre os 20 TUPs que mais movimentaram no quinto mês do ano, o com o maior crescimento de movimentação, comparado ao mesmo mês do ano passado, é o Porto Itapoá Terminais Portuários (SC) com uma alta de 27,07%. O terminal movimentou 1,3 milhão de toneladas de cargas.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico da ANTAQ pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 10/07/2025

AUTORIZAÇÃO DE NOVE EMPREENDIMENTOS PRIVADOS VAI GARANTIR INVESTIMENTOS DE 4,72 BILHÕES

O aporte tem potencial de alavancar o escoamento de produtos e ampliar a economia brasileira

Brasília, 09/07/2025 - O diretor-geral substituto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Caio Farias, participou de evento que anunciou investimentos na ordem dos R\$ 4,72 bilhões para o país, nesta quarta-feira (09).

O aporte é proveniente de nove autorizações, assinadas pela Agência, de terminais privados. Serão sete Terminais de Uso Privado (TUPs), uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC) e uma Instalação Portuária de Turismo (IPTur).

O maior volume de investimentos será destinado à região Norte, R\$ 3,09 bilhões; seguido pela região Sudeste com R\$ 1,52 bilhão. Por sua vez, as regiões Sul e Centro-Oeste receberam R\$ 93 milhões e R\$ 15,82 milhões, respectivamente.

Os terminais serão dedicados à movimentação de graneis sólidos e transporte de passageiros. Esses novos empreendimentos devem auxiliar no escoamento de produtos, na geração de emprego e economia do país.

Durante o evento, o diretor-geral substituto ressaltou a importância do trabalho da ANTAQ para viabilizar e aprovar esse tipo de terminal e agradeceu ao ministério pelo desbloqueio orçamentário para a manutenção de atividades finalísticas.

“Com o desbloqueio, a Agência poderá manter a sua operação, regulação e também permitir que nossos técnicos cheguem na ponta e continuem fazendo a fiscalização dos contratos, como os de autorização, garantindo que o investimento consiga chegar na ponta”, afirmou Caio Farias.

Além do diretor-geral substituto da ANTAQ, o evento também contou com a participação do Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; do Secretário Nacional de Portos, Alex Ávila; e de autoridades do setor privado.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/07/2025

Investimentos beneficiarão nove terminais privados em seis estados e vão impulsionar a infraestrutura, criar empregos e promover crescimento regional



Previsão é de que as operações sejam iniciadas a partir de 2026 - Foto: Vosmar Rosa

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou, nesta quarta-feira (9), um pacote de investimentos no valor de 4,7 bilhões, em parceria com o setor produtivo, para a implantação e ampliação de nove terminais privados em seis estados brasileiros. O plano reforça a aposta no setor portuário como motor do desenvolvimento regional e nacional. A expectativa é que os empreendimentos gerem mais de 10 mil empregos diretos e indiretos nas fases de construção e

operação.

Com as autorizações assinadas, as empresas responsáveis poderão iniciar as obras. A previsão é que os primeiros serviços comecem ainda no segundo semestre de 2025, com operações sendo iniciadas progressivamente a partir de 2026.

Durante a cerimônia de anúncio, o ministro afirmou que os novos empreendimentos representam uma mudança estruturante na logística nacional. “Estamos falando de projetos que vão impulsionar o escoamento da produção, atrair investimentos e gerar emprego e renda em diversas regiões do País”, declarou.

Costa Filho acrescentou ainda que o Brasil tem um potencial logístico crescente, principalmente por estar cada vez mais inserido nas cadeias globais de fornecimento de alimentos, com destaque para a demanda vinda da Ásia, Europa e da própria América do Sul. “A nossa expectativa é de um crescimento médio entre 3% e 6% nos próximos anos”, projetou.

De acordo com o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, cerca de 65% da movimentação de cargas no Brasil é realizada por meio de Terminais de Uso Privativo (TUPs), o que evidencia a relevância estratégica desses empreendimentos para a economia nacional. “Eles são fundamentais para garantir eficiência e competitividade logística no País”, destacou.



Autorizações de Terminais de Uso Privado

Segundo o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, os investimentos chegam em tempo mais que oportuno. Ele afirmou que um estudo realizado em meados do ano passado, diante do novo cenário geopolítico global, avaliou as oportunidades que o Brasil pode aproveitar com as transformações no comércio exterior.

"A análise projeta, a partir de 2026, um crescimento médio de 5,7% nos embarques e de 3,3% nos desembarques. Com base nesses dados, estima-se que as exportações brasileiras possam registrar uma taxa média de expansão em torno de 3,5%, o que representa uma oportunidade de movimentar aproximadamente R\$ 3 trilhões no período", concluiu.

Projetos portuários

Dos nove projetos contemplados, cinco referem-se à criação de novos terminais e quatro à expansão de estruturas já existentes.

O Pará será o principal destino dos investimentos no setor portuário, com um total de R\$ 2,7 bilhões destinados a obras estratégicas no estado. Desse montante, o município de Barcarena receberá investimentos em dois terminais, sendo R\$ 2,37 bilhões para construção de um novo, e R\$ 261 milhões para aumento de capacidade de um já existente. Itaituba contará com duas novas instalações portuárias: uma com aporte de R\$ 68,1 milhões e outra de R\$ 13 milhões, ambas voltadas à ampliação da capacidade de movimentação de granéis sólidos.

O estado tem um posicionamento estratégico e potencial de integração com rodovias e ferrovias e a redução do custo logístico que impacta no preço final dos produtos transportados. O terminal será voltado à movimentação de granel sólido, reforçando a vocação exportadora da região Norte.

Ainda na região, Amapá será contemplado com R\$ 377 milhões para modernização do terminal portuário em Santana, que atenderá à crescente demanda por granéis líquidos e sólidos.

No Centro-Oeste, o município de Cáceres, em Mato Grosso, terá um investimento de R\$ 15,8 milhões para aprimorar a infraestrutura de um porto voltado ao escoamento de granéis sólidos. Já no Sudeste, o Rio de Janeiro contará com R\$ 275,3 milhões no terminal de São João da Barra, com foco na ampliação da capacidade de movimentação de granéis líquidos. Em São Paulo, o terminal de Santos será modernizado com R\$ 1,24 bilhão, investimento direcionado à melhoria da estrutura para o transporte de passageiros.

Por fim, no Sul do país, o terminal de Rio Grande (RS) receberá R\$ 93 milhões para ampliar sua capacidade operacional no transporte de graneis líquidos e sólidos.

Portos privados

Em 2024, os portos brasileiros privados movimentaram 846,9 milhões de toneladas de cargas, impulsionados principalmente pelo transporte de minério de ferro, petróleo e seus derivados, além de grãos com destaque para a soja. O setor segue em trajetória de crescimento: apenas entre janeiro e maio de 2025, os terminais privados movimentaram 341,4 milhões de toneladas, um avanço de 1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, quando foram registradas 337,8 milhões de toneladas.

Em maio deste ano, o desempenho foi ainda mais expressivo: as movimentações portuárias saltaram 8%, atingindo 76,1 milhões de toneladas, frente aos 70,4 milhões registrados em maio de 2024. O minério de ferro, o petróleo e seus derivados, além da soja, seguem como os principais motores desse crescimento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/07/2025

SILVIO COSTA FILHO DEFENDE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DA LOGÍSTICA NO PAÍS

O ministro de Portos e Aeroportos participou nesta quarta-feira e evento do Valor Econômico para discutir oportunidades de negócios e investimentos no Brasil



Ministro Silvio Costa Filho destaca a importância da infraestrutura integrada para impulsionar a logística - Foto: Vosmar Rosa/ Mpor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defendeu o fortalecimento da infraestrutura portuária, aeroportuária e de hidrovias como fundamental para o desenvolvimento e maior eficiência da logística no Brasil e para o escoamento da produção e exportações brasileiras. Costa Filho participou nesta quarta-feira (9) do evento Logística no Brasil, promovido pelo jornal Valor Econômico.

“A gente tem discutido a necessidade de uma agenda logística para o País, que dialogue com investimentos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias. “À medida que o agronegócio cresce, a indústria cresce e o setor de serviços cresce, a gente precisa cada vez mais estruturar a agenda logística do país”, defendeu o ministro durante o painel Oportunidades de negócios e investimentos no Brasil.

O ministro ressaltou o fato de que o Governo Federal tem desenvolvido vários projetos para melhorar a infraestrutura e facilitar esse escoamento, investindo em modernização dos portos e aeroportos. “2024 foi o melhor ano de concessões da história do País. Isso mostra que o governo do presidente Lula está priorizando a agenda logística do Brasil”, afirmou Costa Filho.

A meta do Governo Federal é realizar 60 leilões, de 2023 a 2026, e contratar cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos nos portos brasileiros. Desde 2023, já foram realizados 22 leilões, com investimentos de R\$12 bilhões. Para este ano estão programados leilões importantes, como o do canal de acesso ao Porto de Paranaguá e o canal de acesso ao Porto de Santos. Também estão previstos os leilões de terminais portuários, do Túnel Santos-Guarujá e do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon Santos 10).

O ministro citou ainda que o governo está avançando na concessão de créditos a investidores. “A gente está avançando na agenda do crédito, tanto é que nós tivemos o maior volume de operações de crédito dos bancos no ano de 2024, tivemos o maior volume de concessões em rodovias, importes, em outras áreas estratégicas, como também a gente está tendo o maior volume de investimentos públicos e privados dessa última década”, afirmou.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), segundo o ministro, é um exemplo disso. Desde 2023, já foram priorizados quase R\$ 70 bilhões com recursos do FMM, valor três vezes maior do que o aprovado entre 2019 e 2022. São projetos portuários e para embarcações. Na semana passada, o conselho diretor do fundo aprovou R\$ 1,1 bilhão para futuro concessionário do Porto de Paranaguá e 17 projetos, no total de R\$ 5,3 bilhões, em recursos para a construção, reparo e modernização de 70 embarcações.

O ministro citou ainda a linha de crédito criada dentro do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para as companhias aéreas, que vai disponibilizar R\$ 4 bilhões para projetos de compra, manutenção e reforma de aeronaves.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 10/07/2025

MOVIMENTAÇÃO DE CARGA EM PORTOS É A MAIOR DA HISTÓRIA

Volume transportado entre janeiro e maio chega a 532 milhões de toneladas e ultrapassa recorde anterior para o período



Movimentação de carga em portos é a maior da história - Foto: Porto de Rio Grande (RS)

O volume de carga movimentada pelos portos brasileiros nos cinco primeiros meses do ano é o maior registrado na história. Dados do Estatístico Aquaviário da Antaq apontam que a movimentação de cargas entre janeiro e maio foi de 532 milhões de toneladas, número que supera em 0,8% o registrado no mesmo período de 2024, até então o maior volume já

movimentado pelos portos brasileiros.

O recorde foi comemorado pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que vê nas estatísticas o resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal. “O crescimento da movimentação nos portos é reflexo das políticas públicas e do crescimento da economia. Temos adotado medidas para ampliar ainda mais a capacidade de nossos portos e descentralizar a movimentação, promovendo o desenvolvimento socioeconômico em todas as regiões do país.”

Para o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o crescimento está relacionado também ao aumento da produção agropecuária neste período do ano. “O forte da safra agrícola ocorre no segundo semestre, mas desde o ano passado temos percebido um crescimento da carga no início do ano”, disse.

De acordo com os dados da Antaq, houve recorde de movimentação de carga pelo terceiro mês consecutivo. Os números registrados em maio — 118,4 milhões de toneladas — foram os melhores da história para o mês e 7% superiores aos de 2024. Entre os portos públicos, o destaque foi o crescimento da movimentação no Porto de Rio Grande (RS), com aumento de 47% no volume de carga. A explicação, neste caso, é a redução das operações no ano passado, provocada pelas enchentes que impactaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Outro ponto que chama a atenção no Estatístico Aquaviário da Antaq é o consistente aumento do transporte de contêineres pelos portos brasileiros. Ao longo de todo o ano de 2024, a carga



containerizada superou em 20% a movimentação do ano anterior. Os números dos cinco primeiros meses de 2025 já são 7% superiores aos do mesmo período do ano passado.

Leilões – De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, os recordes constantes na movimentação de carga estão sendo acompanhados por outras medidas que ampliam a capacidade dos portos brasileiros. Está previsto ainda para este ano o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos — Tecon Santos 10 — que irá ampliar em 50% a capacidade do maior porto do país.

Em setembro, será realizado o leilão para concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, modelo inédito no país. A medida também está prevista para outros quatro portos — Itajaí, Santos, Bahia e Rio Grande — o que trará maior eficiência à movimentação de navios e cargas, permitindo inclusive a chegada de embarcações de maior porte aos portos brasileiros.

“Desde o início de 2023, realizamos 22 leilões portuários, levando investimentos privados — R\$ 12 bilhões — para toda a costa brasileira. Até 2026, serão 60 leilões, com investimentos totais de R\$ 30 bilhões. Isso é cinco vezes mais do que foi investido desde a mudança na Lei dos Portos, em 2015, até 2022. Em termos de número de leilões, o aumento é de 40%. Isso mostra a importância que o governo Lula dá ao setor, pois amplia nossa capacidade de movimentação, gera emprego e renda não só nos arredores dos portos, mas em um raio de influência muito maior”, avalia Costa Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/07/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO LANÇA VLT E VISTORIA DUPLICAÇÃO DA BR-230 NA PARAÍBA NESTA SEXTA (11)

Este é o segundo VLT que o ministro dos Transportes anuncia para o Nordeste em menos de uma semana

Aviso de Pauta

O ministro dos Transportes, Renan Filho, cumpre agenda em Campina Grande (PB) nesta sexta-feira (11), com dois compromissos de grande impacto para a mobilidade urbana e a infraestrutura viária do estado.

Depois de lançar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Arapiraca (AL), na última segunda-feira, agora Renan Filho anuncia a implantação do VLT de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado. Com investimento de R\$100 milhões, o projeto prevê a recuperação de 14,8 quilômetros de malha ferroviária desativada, conectando cinco polos urbanos e beneficiando mais de 100 mil pessoas.

Também em Campina Grande, o ministro dos Transportes vistoria as obras de duplicação da BR-230/PB. Aguardada há anos pela população paraibana, a melhoria, que deve ser finalizada até o fim do ano, irá beneficiar cerca de um milhão de moradores da região.

A previsão de investimento do Ministério dos Transportes na infraestrutura da Paraíba até o fim de 2025 é de R\$312,5 milhões. Em 2022, último ano da gestão anterior, apenas R\$112,4 milhões foram destinados ao estado.

Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para os jornalistas interessados na cobertura dos eventos.

Serviço

Visita às obras de duplicação da BR-230

Data: Sexta-feira, 11 de julho

Horário: às 10h30

Local: Viaduto no entroncamento BR-230/BR-104 – próximo ao aeroporto de Campina Grande (PB)

Cerimônia de Lançamento do VLT de Campina Grande

Data: Sexta-feira, 11 de julho

Horário: às 11h30

Local: Rua Manoel Gonçalves Guimarães, 195 - José Pinheiro, Campina Grande (PB)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/07/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AVANÇA NA OTIMIZAÇÃO DA CONCESSÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE

Com aprovação do TCU, BR-101/RJ receberá mais de R\$ 10 bilhões em investimentos para retomada e modernização de obras



- Foto: Divulgação/ANTT

Garantir mais investimentos e modernizar a infraestrutura rodoviária. Com esse propósito, o Ministério dos Transportes, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), obteve, nesta quarta-feira (9), a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) para a repactuação do contrato da Autopista Fluminense, concessionária responsável por mais de 300 quilômetros da BR-101/RJ. A medida viabiliza a continuidade de obras paralisadas e a execução de novos projetos estruturantes, com

investimentos superiores a R\$ 10 bilhões.

“A repactuação será conduzida segundo a nova Política Pública de Outorgas, que estabelece a gestão por desempenho, com reajuste do pedágio condicionado à entrega das obras. Essa metodologia incentiva investimentos e assegura uma rodovia mais segura e eficiente”, explica a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

A rodovia é estratégica para o estado do Rio de Janeiro, impactando diretamente a população carioca, além de desempenhar papel fundamental na integração logística do país

A decisão do TCU libera a formalização do ajuste contratual após o cumprimento das exigências definidas em julgamento anterior, de 2023. O aval da Corte permite dar continuidade a obras essenciais, marcando uma etapa fundamental para a modernização da rodovia.

O contrato original da Autopista Fluminense foi firmado em 2008, com prazo inicial de 25 anos, e agora terá a duração prorrogada por mais 14 anos. O Capex previsto para essa nova etapa é de R\$ 6,18 bilhões, enquanto o Opex estimado é de R\$ 4,12 bilhões.

Além da autorização, o TCU acompanhará a execução do contrato, reforçando a transparência e o cumprimento das obrigações pactuadas.

Política Pública de Outorgas

Instituída pela Portaria nº 848/2023, a Política Pública de Outorgas do Ministério dos Transportes moderniza contratos de concessão, promovendo a antecipação de obras e a vinculação do reajuste tarifário à entrega efetiva dos serviços.

“A política padroniza os contratos, simplifica processos e exige comprovação técnica e financeira para assegurar segurança jurídica e acelerar investimentos em infraestrutura”, finaliza a secretária Viviane Esse.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 09/07/2025

RENAN FILHO ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 31,7 BILHÕES EM CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NA BAHIA

Projetos das Rotas 2 de Julho e dos Sertões incluem duplicações, pedágio eletrônico e intervenções que reforçam a logística nacional



Renan Filho anuncia investimento de R\$ 31,7 bilhões para concessões rodoviárias na Bahia, que incluem duplicação de trechos, pedágio eletrônico e melhorias na segurança viária. - Foto: Marcio Ferreira/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou, nesta quarta-feira (9), que o Governo Federal destinará R\$ 31,7 bilhões a dois projetos estratégicos de concessão rodoviária com foco na Bahia: a Rota 2 de Julho e a Rota dos Sertões. As iniciativas contemplam R\$ 13,2 bilhões em obras (Capex) e R\$ 17 bilhões em

custos operacionais (Opex), com impacto direto na integração logística entre o Nordeste e o Sudeste.

Durante reunião em Brasília, com o governador Jerônimo Rodrigues e parlamentares da bancada baiana, o ministro destacou a ampliação dos investimentos federais no estado.

“Temos R\$ 1,8 bilhão para aplicar, um valor três vezes superior ao orçamento executado pelo governo anterior em 2022. Quando assumimos, apenas 47% da malha rodoviária estava em boas condições, enquanto 28% era classificada como ruim ou péssima. Com o aumento dos investimentos, elevamos o índice de qualidade para 86% da malha existente”, afirmou.

Os projetos contemplam obras em trechos rodoviários essenciais para o escoamento da produção, o tráfego de longa distância e o desenvolvimento regional.

As intervenções previstas incluem:

- Rota 2 de Julho (Salvador–divisa com MG): duplicação de mais de 300 km, 257 km de faixas adicionais, 52 passarelas, 42 passagens de fauna e 14 pórticos com pedágio eletrônico (free flow).
- Rota dos Sertões (Feira de Santana–Salgueiro/PE): duplicação de 108 km, implantação de 107 km de acostamentos, 90 novos dispositivos de acesso e mais de 40 km de vias marginais.

O governador Jerônimo Rodrigues ressaltou o compromisso do governo estadual em garantir que os investimentos cheguem de forma efetiva à população. “Estamos mobilizados para transformar os investimentos em infraestrutura em entregas concretas. Temos mantido diálogo constante com o Governo Federal, apresentando projetos prioritários e acelerando obras estruturantes, como duplicações e melhorias em rodovias estratégicas. Nosso objetivo é promover o desenvolvimento regional e melhorar a mobilidade para o povo baiano”, disse.

As obras vão beneficiar diretamente municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jaguaquara, Euclides da Cunha, Canudos e Tucano. Estão previstas ainda a construção de viadutos, passagens inferiores, retornos e adequações urbanas apontadas em audiências públicas.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, informou que os projetos também contemplam soluções inovadoras para tornar o transporte mais seguro e eficiente.

“Estão previstos mecanismos de cobrança proporcional de pedágio por quilômetro rodado, o que garante mais justiça tarifária. Também haverá pontos de apoio para caminhoneiros e intervenções em trechos críticos, com foco na segurança viária”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 09/07/2025

MINISTRO DOS TRANSPORTES ABRE CICLO DE DEBATES SOBRE PLANEJAMENTO LOGÍSTICO

Desafio é reduzir os gargalos logísticos e aumentar competitividade e eficiência; encontros irão percorrer 10 capitais brasileiras



Ciclo de eventos para elaborar a construção do Plano Nacional de Logística 2050 teve início nesta quarta (9)/ Crédito: Michel Corvello/MT

Um setor que é a base do PIB brasileiro e que se expande aceleradamente a cada ano. O agronegócio cresceu 12,2% no primeiro trimestre de 2025, em relação ao último trimestre do ano passado. No período, a economia brasileira registrou avanço de 1,4%, segundo o IBGE.

Escoar uma produção tão abundante, para dentro e fora do país, exige uma infraestrutura de transporte eficiente, com menos gargalos logísticos, que acabam elevando o Custo Brasil. Para pensar o planejamento logístico de médio e longo prazo, teve início nesta quarta-feira (9), em Brasília, o primeiro debate — de uma série de dez —, sobre o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Logística 2050. O ministro dos Transportes, Renan Filho, abriu o evento.

“É fundamental elaborar um plano nacional para o desenvolvimento logístico que dialogue com a realidade. Então nós estamos, por exemplo, levando em consideração as notas fiscais eletrônicas para estimar o volume de carga transportada no Brasil. Isso vai dar um componente de realidade muito grande das rotas, da produção de cada região, porque estabelece os roteiros da infraestrutura, os caminhos logísticos importantes”, afirmou.



Um dos principais eixos do Plano Nacional de Logística 2050 é aproximar as zonas de produção agrícola dos centros de distribuição e terminais portuários, ampliando a eficiência do escoamento e reduzindo gargalos recorrentes.

Os portos do Arco Norte, por exemplo, têm potencial estratégico por estarem mais próximos das áreas produtoras do Centro-Oeste. Um caminhão que transporta grãos do Mato Grosso até o Porto de Santos (SP), o maior do país, consegue realizar duas viagens por mês; no mesmo período, são possíveis até seis deslocamentos rumo a alternativas do Arco Norte.

“O Mato Grosso hoje é o maior produtor de grãos no Brasil, com 68% da produção do país. Mas quando a gente fala em escoar isso pelos portos do Arco Norte — tão conhecidos, que vão de Manaus até a Bahia —, só temos escoado 35% de toda

essa produção”, explica Elisangela Pereira Lopes, assessora técnica de Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A descentralização das cargas tem potencial para reduzir filas em terminais e acessos, aliviar a pressão sobre a infraestrutura portuária do Sul e Sudeste, além de estimular economicamente outras regiões produtoras do país.

“À medida em que o agronegócio cresce, em que a indústria cresce — no ano passado cresceu 4% do nosso país —, em que o setor de serviços cresce, a gente precisa cada vez mais estruturar a agenda logística do país. E é o que a gente está fazendo”, disse, durante o evento, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho.

Investimento e desenvolvimento

Ciente do papel estratégico da infraestrutura de transporte como vetor do desenvolvimento econômico e social do país, o Ministério dos Transportes têm investido como nunca se investiu até então no setor.

Os projetos buscam adequar os modais às necessidades atuais, enfrentando o desafio de modernizar um sistema que, ao longo do tempo, se tornou defasado. Somente no segmento das rodovias, de 2023 até junho de 2025, foram concluídos 14 leilões de concessão e otimização, somando R\$168 bilhões em recursos contratados e 7.400 quilômetros de estradas concedidas. Para se ter uma ideia, na gestão anterior, o Governo Federal realizou apenas 6 leilões rodoviários.

Intermodalidade

Ampliar a integração entre os diferentes modais de transporte, para tentar reduzir a dependência das cargas concentradas nas rodovias, também está entre os objetivos do PLN 2050. Por meio de levantamentos realizados em todas as 27 unidades federativas brasileiras, será feito um diagnóstico capaz de mapear as melhores alternativas logísticas, que podem ser executadas por ferrovias, hidrovias e aeroportos, a fim de potencializar a eficiência dos percursos.

Nesse sentido, o fluxo de mercadorias será direcionado para o modal com menor impacto poluente e melhor desempenho em longas distâncias.

“O nosso grande desafio é repensar a nossa forma de fazer logística, a nossa matriz de transporte, apostando mais em meios de transporte de alta capacidade. Mas, para fazer isso, precisamos construir o PNL por meio de uma visão de Estado, e não de governo”, comentou Davi Barreto, presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

Sustentabilidade

Atento aos critérios de sustentabilidade exigidos pelo contexto global frente às mudanças climáticas, o PNL 2050 irá avaliar aspectos em diversos setores, com ênfase na redução das emissões de gases de efeito estufa e na promoção de práticas responsáveis, além de aprimorar as condições para a obtenção de licenciamento ambiental, essencial para a realização das obras.

Escuta ativa e estratégica

Depois deste primeiro evento em Brasília, os debates sobre o PNL 2050 seguem por outras dez capitais brasileiras. O objetivo é ouvir os setores que compõem a cadeia da infraestrutura de transporte - rodoviário, ferroviário, aeroportuário e hidroviário -, para entender as particularidades regionais e identificar oportunidades de investimento e inovação dentro do planejamento que será lançado até o final deste ano.

O PNL 2050 será o primeiro plano a ser elaborado seguindo as determinações do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), que busca ampliar a competitividade nacional, promover o desenvolvimento regional e fortalecer a integração do território. O PIT foi instituído pelo presidente Lula, em maio de 2024, pelo Decreto nº 12.022/2024.

“O PNL vai ser uma ampla oportunidade para um debate nacional. Nós vamos fazer isso com o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério do Planejamento e a Casa Civil, colaborando com a coordenação geral disso tudo”, concluiu Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 09/07/2025

exame.

EXAME.

TARIFA DE TRUMP: QUANTO O BRASIL DEPENDE DAS EXPORTAÇÕES PARA OS EUA — E VICE-VERSA? VEJA RESPOSTAS

Presidente americano anunciou que cobrará taxa de 50% sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto

Da Redação Exame Publicado em 10 de julho de 2025



Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, durante reunião em Washington (Andrew Harnik/AFP)

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, mas a participação americana na balança comercial brasileira está abaixo de 20% do total, mostram dados do governo brasileiro.

Produtos dos EUA representam cerca de 16% do total importado pelo Brasil. De janeiro a julho deste ano, o país importou US\$ 135 bilhões em itens, e US\$ 21,6

bilhões vieram dos EUA.

Nas exportações, o Brasil vendeu 20 bilhões em mercadorias aos EUA, cerca de 12% do total das exportações brasileiras, que somaram US\$ 165 bilhões, no mesmo período.

O presidente dos Estados Unidos anunciou na quarta-feira, 9, uma tarifa extra de importação de 50% para os produtos brasileiros.

Ele disse que a taxa se deve aos processos judiciais contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e contra redes sociais americanas, além de citar práticas comerciais brasileiras que considera prejudiciais aos EUA. A medida entra em vigor em 1º de agosto e ainda pode ser negociada.

Leia a íntegra da carta a seguir.

*Sua Excelência
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília*

Caro Sr. Presidente, conheci e lidei com o ex-presidente Jair Bolsonaro e o respeitava profundamente, assim como a maioria dos outros líderes de países. A forma como o Brasil tratou o ex-presidente Bolsonaro, um líder altamente respeitado em todo o mundo durante seu mandato, inclusive pelos Estados Unidos, é uma vergonha internacional. Este julgamento não deveria estar acontecendo. É uma caça às bruxas que deve terminar IMEDIATAMENTE!



Devido, em parte, aos ataques insidiosos do Brasil às eleições livres e aos direitos fundamentais de liberdade de expressão dos americanos (como recentemente ilustrado pelo Supremo Tribunal Federal, que emitiu centenas de ordens de censura SECRETAS e ILEGAIS a plataformas de mídia social dos EUA, ameaçando-as com milhões de dólares em multas e despejo do mercado brasileiro de mídia social), a partir de 1º de agosto de 2025, cobraremos do Brasil uma tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros enviados aos Estados Unidos, separadamente de todas as tarifas setoriais. Mercadorias transbordadas para escapar dessa tarifa de 50% estarão sujeitas a essa Tarifa mais alta.

Além disso, tivemos anos para discutir nossa Relação Comercial com o Brasil e concluímos que precisamos nos afastar da relação comercial de longa data e muito injusta, gerada pelas Políticas Tarifárias e Não Tarifárias e Barreiras Comerciais do Brasil. Nossa relação está longe de ser recíproca.

Por favor, entenda que o número de 50% é muito menor do que o necessário para garantir a igualdade de condições que precisamos com o seu país. E isso é necessário para retificar as graves injustiças do regime atual. Como você sabe, não haverá Tarifa se o Brasil, ou empresas do seu país, decidirem fabricar ou fabricar produtos nos Estados Unidos e, de fato, faremos todo o possível para obter aprovações de forma rápida, profissional e rotineira — em outras palavras, em questão de semanas.

Se, por qualquer motivo, você decidir aumentar suas Tarifas, o valor que você escolher para aumentá-las será adicionado aos 50% que cobramos. Por favor, entenda que essas Tarifas são necessárias para corrigir os muitos anos de Políticas Tarifárias e Não Tarifárias e Barreiras Comerciais do Brasil, que causam esses Déficit Comerciais insustentáveis contra os Estados Unidos. Esse Déficit é uma grande ameaça à nossa Economia e, de fato, à nossa Segurança Nacional! Além disso, devido aos ataques contínuos do Brasil às atividades de Comércio Digital de Empresas Americanas, bem como outras Práticas Comerciais desleais, estou instruindo o Representante Comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, a iniciar imediatamente uma Investigação da Seção 301 do Brasil.

Se você deseja abrir seus Mercados Comerciais, anteriormente fechados, para os Estados Unidos e eliminar suas Políticas Tarifárias e Não Tarifárias e Barreiras Comerciais, talvez consideremos um ajuste nesta carta. Essas Tarifas podem ser modificadas, para mais ou para menos, dependendo da nossa relação com o seu País. Você nunca ficará decepcionado com os Estados Unidos da América.

Obrigado por sua atenção nesta questão,

*Sinceramente,
Donald J. Trump*

Veja abaixo uma série de perguntas e respostas sobre o comércio entre Brasil e EUA.

Como é a balança comercial Brasil-Estados Unidos?

De janeiro deste ano até agora, o Brasil vendeu US\$ 20 bilhões em produtos aos EUA, e comprou US\$ 21,6 bilhões em itens americanos. Assim, os EUA tiveram superávit de US\$ 3,2 bilhões na balança comercial. Os dados são da plataforma Comex Stat, do governo brasileiro.

O que o Brasil compra dos Estados Unidos? Quais são os dez produtos que o Brasil mais importa?

Segundo a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), os principais itens da pauta de importações brasileiras aos EUA são:



- Motores e máquinas não elétricos
- Óleos combustíveis
- Óleos brutos de petróleo
- Aeronaves e suas partes
- Polímeros de etileno, em formas primárias
- Medicamentos, incluindo veterinários
- Medicamentos e produtos farmacêuticos
- Carvão
- Instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle
- Máquinas de processamento de dados

O que o Brasil mais exporta aos EUA?

Os principais itens vendidos pelo Brasil para os Estados Unidos são:

- Óleos brutos de petróleo
- Produtos semiacabados de ferro ou aço
- Aeronaves e suas partes
- Café não torrado
- Ferro-gusa, e ferro-ligas
- Óleos combustíveis de petróleo
- Celulose
- Equipamentos de engenharia civil
- Sucos de frutas ou de vegetais
- Carne bovina

Qual a taxa de importação cobrada do Brasil para os Estados Unidos?

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a tarifa média real de importação cobrada pelo Brasil para produtos americanos foi de 2,7% em 2023.

Quem compra mais: Estados Unidos do Brasil ou Brasil dos Estados Unidos?

O Brasil compra mais produtos dos EUA. Os americanos tiveram superávit de US\$ 1,6 bilhão na balança comercial entre janeiro e julho, segundo dados da plataforma Comex Stat, do governo brasileiro.

Qual a porcentagem dos EUA na importação do Brasil?

Produtos dos EUA representam cerca de 16% do total importado pelo Brasil. De janeiro a julho deste ano, o país importou US\$ 135 bilhões em itens, e US\$ 21,6 bilhões vieram dos EUA.

Qual o peso das exportações dos Estados Unidos para o Brasil?

Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil. De janeiro a julho deste ano, o Brasil vendeu 20 bilhões em mercadorias aos EUA, cerca de 12% do total das exportações brasileiras, que somaram US\$ 165 bilhões.

O que o Brasil deve para os Estados Unidos?

O Brasil tem dívidas com diversos bancos, empresas e investidores americanos, mas elas estão em situação de normalidade. Ou seja, o país não tem dívidas em atraso com os credores ou precisa de ajuda para honrar os compromissos.

A Argentina, por exemplo, não tem conseguido pagar suas dívidas e precisou pedir empréstimos com o FMI para quitar o que devia.

O país vende títulos de dívida no exterior, e se compromete a pagar por eles em prazos determinados. Além disso, o Brasil compra títulos de dívida emitidos pelos Estados Unidos, que funcionam da mesma forma.

Quais estados brasileiros serão mais afetados pelas tarifas de Trump?

De acordo com dados da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), o estado de São Paulo é o **maior exportador brasileiro** para os EUA. No primeiro trimestre de 2025, o estado representou 31% das vendas brasileiras aos americanos. Os itens mais enviados foram sucos de frutas, especialmente de laranja, aeronaves e combustíveis.

Em seguida, vem o Rio de Janeiro, forte exportador de petróleo e aço, seguido por Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Exportações brasileiras por estados (2025)

AMCHAM

São Paulo respondeu por 31,2% das exportações do Brasil para os EUA em 2025, seguido por Rio de Janeiro (17,8%) e Minas Gerais (11,8%).



Como vai funcionar a cobrança de Trump?

Trump disse que todos os produtos brasileiros vendidos aos EUA serão taxados em 50%. Assim, se um item custa US\$ 100, por exemplo, terá de pagar US\$ 50 ao governo americano, ao passar pela alfândega de lá.

Quando as tarifas de Trump entrarão em vigor?

Trump disse na carta que as tarifas entrarão em vigor em 1º de agosto. No entanto, para que elas passem a valer de fato ainda é preciso que Trump assine uma ordem executiva ou outro documento oficial, o que ainda não foi feito. Assim, há espaço para negociações.

A tarifa de Trump ainda pode ser revista?

Sim. Trump disse na carta que as tarifas poderão ser reduzidas ou aumentadas, a depender de decisão dele.

A nova tarifa se sobrepõe a outras taxas já cobradas?

Ainda há dúvida. Na carta, Trump diz que as novas taxas serão cobradas 'separadamente' de outras tarifas setoriais, como a cobrança de 50% pelo aço.

No entanto, em outras ocasiões, o presidente evitou a acumulação de tarifas por país e produto. A questão só será esclarecida quando uma ordem executiva sobre o tema for publicada.

Fonte: Exame

Data: 10/07/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A COMISSÃO E O NOVO MARCO REGULATÓRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A instalação da comissão especial na Câmara dos Deputados para analisar o projeto de lei do novo marco regulatório do setor portuário brasileiro (PL 733), nessa quarta-feira, dia 9, representa um momento estratégico para a modernização da infraestrutura logística do País. A proposta, apresentada pelo deputado Leur Lomanto Júnior, busca atualizar a Lei dos Portos e introduzir mudanças estruturais que podem redefinir a competitividade do setor.

O relator, deputado Arthur Maia, acertadamente destacou a natureza estratégica do setor portuário, responsável por 98% de tudo que o Brasil exporta e importa. A relevância da agilidade, da modernização e da eficiência dos portos para a composição dos preços dos produtos consumidos pelos brasileiros é inegável, o que torna essa agenda “eminentemente positiva”.

Entre os pontos centrais da proposta, a implantação da Janela Única Aquaviária promete simplificar processos e reduzir burocracias, enquanto a possibilidade de prorrogar contratos por até 70 anos visa a oferecer maior segurança jurídica e incentivar investimentos de longo prazo. A regulamentação dos termos de transição no uso de áreas portuárias e a criação de uma câmara de autorregulação para disputas de mercado são medidas que buscam trazer estabilidade e previsibilidade ao ambiente de negócios.

A próxima reunião da comissão, prevista para 6 de agosto, será uma oportunidade fundamental para apresentar o plano de trabalho do colegiado e para que este possa ouvir os juristas responsáveis pelo anteprojeto da nova lei, além de convocar o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A importância dos trabalhos da comissão e a oportunidade de a Câmara ouvir os diversos personagens envolvidos na elaboração da nova Lei dos Portos são inquestionáveis. Esse diálogo amplo e transparente é fundamental para construir um marco regulatório que atenda aos interesses de todos os stakeholders: operadores, investidores, trabalhadores e a sociedade como um todo. O presidente da comissão, Murilo Galdino, ao destacar a importância de assegurar os direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, promover o crescimento do setor, aponta para a necessidade de um equilíbrio entre as demandas sociais e econômicas.

Contudo, é imperativo enfatizar a necessidade de que os debates sejam pragmáticos e diretos, sem atrasar o processo de aprovação da nova Lei dos Portos. O setor portuário brasileiro clama por uma legislação moderna que elimine os entraves atuais e estimule a competitividade internacional. A procrastinação pode resultar em perdas significativas para a economia, dado o papel vital dos portos no comércio exterior.

A busca por consenso e aprofundamento técnico não deve se traduzir em um ciclo interminável de discussões. A urgência de um marco regulatório atualizado, que promova segurança jurídica, eficiência logística e competitividade, exige que a comissão atue com determinação e foco na célere aprovação de uma lei que transforme os portos brasileiros em referências globais de prosperidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - TCU DEVE SE MANIFESTAR SOBRE O TECON SANTOS 10 NO PRÓXIMO MÊS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



A EXPECTATIVA DO MINISTRO

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve se manifestar oficialmente sobre a proposta de concessão do Tecon Santos 10 – o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado no Porto de Santos (SP) – no próximo mês. A expectativa foi destacada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, nessa quarta-feira, dia 9. A posição do TCU é aguardada para que a pasta dê andamento ao processo licitatório da unidade.

EM ANÁLISE

A Corte de Contas está analisando, em especial, se a proposta da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para o leilão do Tecon Santos 10 será mantida. O órgão regulador defende que o leilão do terminal seja realizado em duas sessões e com restrições para participantes. A ideia é que a licitação ocorra inicialmente sem envolver empresas que já atuam no segmento de contêineres do cais santista; caso não haja interessados, uma nova disputa será aberta, dessa vez com a participação de qualquer companhia, inclusive daquelas que já estão nesse setor.

CRONOGRAMA

Segundo o ministro Sílvio Costa Filho, se o TCU divulgar sua posição sobre o leilão no próximo mês, será possível publicar o edital da licitação do Tecon Santos 10 em setembro e realizar o leilão em dezembro, com a assinatura do contrato ficando para o início de 2026. O terminal prevê investimentos significativos, de R\$ 6,45 bilhões. O novo terminal, quando totalmente implantado, poderá adicionar entre 3,25 milhões e 3,5 milhões de TEU ao ano à capacidade de movimentação de contêineres de Santos, aumentando-a em cerca de 50%.

FUNDO DO MAR

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla em inglês), órgão regulador ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), defende que haja regulamentos específicos para a exploração de reservas minerais no fundo do mar, em águas internacionais. A proposta foi defendida pela secretária-geral da ISA, Letícia Carvalho, na última segunda-feira, na abertura da 30ª sessão da instituição. “O fundo do mar precisa de regras”, afirmou.

VELHO OESTE

A manifestação da secretária-geral da ISA ocorre após a decisão do governo dos Estados Unidos de acelerar a mineração em águas profundas do país e em mares internacionais. Para Letícia, sem essas normas, a atividade de mineração em águas internacionais pode se tornar um “Velho Oeste”, referindo-se ao período da história dos EUA quando ocorreu a colonização do oeste norte-americano, o que foi marcado pelas disputas de terras, especialmente para exploração das minas de ouro. “O que impedirá o Velho Oeste são as regras”, destacou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/07/2025

NACIONAL - LULA REAGE A TARIFAÇÃO DE TRUMP E CITA NOVA LEI DE RETALIAÇÃO COMERCIAL

Presidente diz que país adotará contramedidas econômicas diante da taxaço de 50% imposta pelos EUA a exportações brasileiras

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na quarta-feira (9) que o aumento generalizado de tarifas anunciado pelos Estados Unidos será respondido com base na Lei de Reciprocidade Econômica, sancionada em abril. Em publicação nas redes sociais, Lula classificou como falsas as justificativas apresentadas pelo presidente norte-americano, Donald Trump, e defendeu a soberania brasileira diante do que chamou de “medidas unilaterais” que comprometem a competitividade do país.



Em resposta a Donald Trump, Lula declarou que “qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica”. Foto: Ricardo Stuckert/PR

A medida de Trump impõe tarifa de 50% sobre todas as exportações brasileiras para os EUA a partir de 1º de agosto. No comunicado oficial enviado ao governo brasileiro, o presidente norte-americano afirma que a decisão decorre de um suposto déficit comercial com o Brasil e de alegadas restrições à liberdade de

expressão de cidadãos americanos, além de críticas ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro é réu por tentativa de golpe de Estado e também é citado na carta como “um líder altamente respeitado” que estaria sendo vítima de uma “caça às bruxas”.

Em resposta, Lula declarou que “qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica”. Segundo o presidente, essa legislação autoriza o Poder Executivo, em articulação com o setor privado, a adotar contramedidas como a suspensão de concessões comerciais, a restrição à importação de bens e serviços e o bloqueio de obrigações previstas em acordos internacionais. “A soberania, o respeito e a defesa intransigente dos interesses do povo brasileiro são os valores que orientam a nossa relação com o mundo”, afirmou Lula.

Ainda de acordo com o governo brasileiro, os argumentos de Trump sobre o suposto déficit não se sustentam. “As estatísticas do próprio governo dos Estados Unidos comprovam um superávit desse país no comércio de bens e serviços com o Brasil da ordem de 410 bilhões de dólares ao longo dos últimos 15 anos”, informou o Planalto. Dados mais recentes apontam para um superávit americano de cerca de US\$ 200 milhões em 2024.

A carta enviada por Trump também critica decisões do Supremo Tribunal Federal contra apoiadores de Bolsonaro que vivem nos Estados Unidos e ataca as determinações judiciais brasileiras contra perfis e conteúdos nas redes sociais. O presidente americano alega que houve “ataques insidiosos do Brasil contra eleições livres” e acusa o governo Lula de “violiar a liberdade de expressão de americanos”.

O presidente brasileiro rebateu as declarações de Donald Trump. “No Brasil, liberdade de expressão não se confunde com agressão ou práticas violentas. Para operar em nosso país, todas as empresas nacionais e estrangeiras estão submetidas à legislação brasileira.” Ele acrescentou que, nas plataformas digitais, o Brasil repudia conteúdos de ódio, racismo, pornografia infantil, golpes, fraudes e discursos contrários aos direitos humanos e à liberdade democrática.

Em tom institucional, Lula reforçou que “o processo judicial contra aqueles que planejaram o golpe de Estado é de competência apenas da Justiça Brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que fira a independência das instituições nacionais”.

Antes de tornar pública a nota de resposta, o presidente coordenou uma reunião de emergência no Palácio do Planalto, com a presença de ministros estratégicos: Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Rui Costa (Casa Civil), Sidônio Palmeira (Secom) e o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin. O encontro terminou por volta das 20h, com a decisão de reagir politicamente e juridicamente à medida anunciada por Trump.

Brics

A escalada retórica entre os dois presidentes ocorre na mesma semana em que foi realizada, no Rio de Janeiro, a cúpula do Brics — bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, com a recente adesão de países como Arábia Saudita e Egito. Crítico do grupo, Donald Trump chegou a

ameaçar todos os países membros com possíveis sanções econômicas, o que agora se concretiza com o anúncio do tarifaço contra o Brasil.

Na carta enviada a Lula, Trump também ameaçou retaliar caso o Brasil adote contramedidas. “Se por qualquer razão o senhor decidir aumentar suas tarifas, qualquer que seja o valor escolhido, ele será adicionado aos 50% que cobraremos”, escreveu. Apesar disso, ele sinalizou abertura para negociação, condicionando uma eventual revisão das tarifas à eliminação de barreiras comerciais por parte do Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/07/2025

NACIONAL - MPOR CELEBRA ACORDOS PARA NOVOS TUPS COM INVESTIMENTOS DE R\$ 4,72 BI

Novas instalações estão localizadas nas regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebnews.com.br



Participaram da solenidade de assinatura o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, além de representantes de agências reguladoras e entidades do setor portuário

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) celebrou, nesta quarta-feira (9), acordos para novos contratos de adesão para Terminais de Uso Privado (TUP) em todo o território nacional. Conforme divulgado, os investimentos previstos da iniciativa privada são de R\$ 4,72 bilhões.

Foram aprovadas nove autorizações de empreendimentos portuários privados, sendo que cinco deles são novos terminais, e outros quatro referem-se a expansão de terminais já em operação no Brasil.

Ao todo, estão previstos a instalação de novas infraestruturas em três regiões brasileiras: Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Segundo o MPor, os terminais são dedicados à movimentação de grãos sólidos e transporte de passageiros.

A região Norte receberá o maior aporte de investimentos privados, com R\$ 3,09 bilhões; a região Sudeste receberá R\$ 1,52 bilhões. Já as regiões Sul e Centro-Oeste receberão R\$ 93 milhões e R\$ 15,82 milhões, respectivamente.

Os municípios contemplados são os seguintes: Barbacena (PA), Santana (PA), Itaituba (BA), Cáceres (MT), Santos (SP), São João da Barra (RJ) e Rio Grande (RS).

De acordo com o ministro Silvio Costa Filho, o anúncio de construção de novas instalações portuárias são cruciais para acompanhar o crescimento crescente do agronegócio brasileiro e as oportunidades de mercado dos produtos para o exterior.

Participaram da solenidade o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, o diretor-geral interino da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Caio Farias, o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, e o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Almirante Murilo Barbosa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/07/2025



NACIONAL - “TEMOS QUE ELIMINAR OS GARGALOS DOS LICENCIAMENTOS”, ALERTA PRESIDENTE DA ATP

Almirante Murillo Barbosa cobra celeridade em processos ambientais e patrimoniais durante evento de adesão para instalação de novos TUPs

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebeneews.com.br

NÓS TEMOS QUE ELIMINAR OS GARGALOS DOS LICENCIAMENTOS. PRECISAMOS DA AJUDA DO MINISTÉRIO PARA REDUZIRMOS ISSO DE MANEIRA SIGNIFICATIVA, PORQUE O BRASIL VAI PRECISAR DE PORTOS PARA ESCOAR NOSSA PRODUÇÃO MUITO RAPIDAMENTE”

ALM. MURILLO BARBOSA
presidente da ATP

O diretor-presidente da ATP (Associação dos Terminais Portuários Privados), Almirante Murillo Barbosa, pediu ajuda ao Governo Federal para destravar a burocracia nos processos de licenciamentos ambientais para a instalação de novos empreendimentos portuários. Barbosa participou da solenidade de assinatura de acordo de novas adesões para a instalação de TUPs (Terminais de Uso Privado), na quarta-feira (9), em Brasília (DF).

Após a assinatura que prevê a construção de cinco novos terminais portuários privados, o executivo da ATP atentou-se para os próximos passos, que têm a ver com a obtenção das licenças para início das obras.

Barbosa destacou que é preciso celeridade nos processos burocráticos, para que o país tenha condições de criar novas instalações portuárias para acompanhar o crescimento da produção nacional.

“O processo não acaba hoje. A assinatura do contrato de adesão é a largada do processo e dos novos integrantes do setor. Vocês vão enfrentar dois processos difíceis: licenciamento ambiental e licenciamento patrimonial. Nós estamos lutando muito para tentar simplificar esses processos, inclusive com a ajuda do Ministério (de Portos e Aeroportos) e da Secretaria de Portos, através do programa Navegue Simples. Nós temos que eliminar os gargalos dos licenciamentos. Precisamos da ajuda do Ministério para reduzirmos isso de maneira significativa, porque o Brasil vai precisar de portos para escoar nossa produção muito rapidamente”, comentou.

Segundo dados apresentados pela ATP, o Brasil está se aproximando da quantia de R\$ 100 bilhões da carteira de investimentos com terminais privados desde 2013. Barbosa celebrou a nova adesão para a instalação de novos terminais portuários.

“Ainda ficamos muito preocupados nesse cenário portuário porque o crescimento do agronegócio está cada vez mais nos impondo mais preocupações. Será que teremos mais portos para atender essa movimentação? Então, quando a gente vê mais uma cerimônia de adesão de novos terminais, ficamos felizes porque são mais portas que se abrem para nosso comércio exterior”, finalizou Barbosa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/07/2025

NACIONAL - CÂMARA INSTALA COMISSÃO PARA DISCUTIR NOVO MARCO DOS PORTOS

Proposta em análise prevê mudanças na Lei dos Portos; cidade de Santos cria conselho sindical para ampliar diálogo no setor

Por **ALINE BECKETTY** aline.beckey@redebeneews.com.br



A sessão realizada na Câmara dos Deputados definiu o presidente, os três vice-presidentes e o relator da comissão especial que vai analisar o projeto de lei do novo marco regulatório. Foto: Reprodução/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados instalou na quarta-feira (9) a comissão especial que vai analisar o projeto de lei do novo marco regulatório do setor portuário brasileiro. A proposta, apresentada pelo deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA), atualiza a Lei dos Portos e traz mudanças estruturais, como o licenciamento ambiental integrado, a negociação livre de preços pelos terminais e a prorrogação de contratos de arrendamento.

A comissão será presidida pelo deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB) e terá como relator o deputado Arthur Maia (União Brasil-BA). Daniela Reinehr (PL-SC) será a 1ª vice-presidente; Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) o 2º vice; e Julio Lopes (PP) o 3º.

Na avaliação do relator, o setor portuário é estratégico para o Brasil e exige uma legislação mais moderna, que promova segurança jurídica, eficiência logística e competitividade internacional.

“Imaginem os senhores que 98% de tudo aquilo que o Brasil exporta e importa é feito através dos portos. Portanto, a relevância do valor que é cobrado nos portos, dos serviços que são cobrados nos portos, da agilidade, da modernização do que acontece no âmbito dos portos é fundamental para composição dos preços daquilo que é consumido pelos brasileiros. Portanto, eu penso que aqui estamos tratando de uma agenda eminentemente positiva”, afirmou Arthur Maia durante a instalação do colegiado.

Entre os pontos centrais da proposta estão a implantação da Janela Única Aquaviária, a possibilidade de prorrogar contratos por até 70 anos, a regulamentação dos termos de transição no uso de áreas portuárias e a criação de uma câmara de autorregulação para disputas no mercado.

A primeira audiência pública está prevista para o dia 6 de agosto. Na ocasião, será apresentado o plano de trabalho da comissão e votados os requerimentos para convidar os juristas responsáveis pelo anteprojeto da nova lei, além de convocar o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para prestar esclarecimentos sobre os temas em debate.

O presidente da comissão, Murilo Galdino, destacou a importância de assegurar os direitos dos trabalhadores no processo de modernização dos portos:

“Vamos procurar assegurar os direitos dos trabalhadores e ao mesmo tempo fazer o setor crescer. Não podemos permitir que os portos sejam sinônimo de atraso e sim de prosperidade. Vamos ouvir, vamos estudar, mas acima de tudo vamos agir para fazer esse sistema portuário uma referência para o Brasil e para o mundo.”

Conselho

Alinhada a esse objetivo, a cidade de Santos (SP), que abriga o maior complexo portuário do país, anunciou a criação de um conselho de sindicatos para fortalecer o diálogo entre os trabalhadores portuários e o poder público no processo de transformação do setor. A iniciativa, segundo a Prefeitura, reforça a necessidade de incluir a visão dos operadores e trabalhadores nos debates legislativos.

A criação do conselho foi oficializada por meio de decreto assinado pelo prefeito Rogério Santos (Republicanos). O colegiado conta com representantes de dez entidades do setor, além de dois

membros indicados pela Prefeitura, e tem como objetivo ampliar a representatividade dos trabalhadores nas discussões sobre o futuro do porto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/07/2025

NACIONAL – BRASIL TEM 12 AEROPORTOS ENTRE OS 100 MELHORES DO MUNDO

País fica atrás apenas dos Estados Unidos em ranking global; Aeroporto de Brasília aparece na quarta colocação

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O Aeroporto Internacional de Brasília se destacou entre os dez primeiros colocados do ranking global elaborado pela plataforma AirHelp Score, ocupando a quarta posição

O Brasil ocupa a segunda posição no ranking internacional dos 100 aeroportos mais bem avaliados do mundo, elaborado pela plataforma AirHelp Score. O país aparece com 12 terminais na lista, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que lideram com 27 aeroportos. Em terceiro lugar está o Japão, com seis.

O levantamento considera critérios como pontualidade dos voos, qualidade dos serviços prestados aos passageiros e diversidade de lojas e opções de alimentação. Com esse desempenho, o Brasil superou países como Espanha (cinco aeroportos), Arábia Saudita, Noruega e México (quatro cada), além de África do Sul, Nova Zelândia e Reino Unido (três cada). Outros países com dois aeroportos na lista são Austrália, Colômbia, Suécia, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Polônia.

O Aeroporto Internacional de Brasília se destacou entre os dez primeiros colocados do ranking global, ocupando a quarta posição. Além dele, integram a lista os aeroportos de Belém (PA), Santos Dumont (RJ), Fortaleza (CE), Galeão (RJ), Curitiba (PR), Recife/Guararapes (PE), Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Florianópolis (SC), Viracopos (SP) e Confins (MG). No Brasil, o desempenho dos aeroportos também é monitorado pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), que realiza pesquisas periódicas com passageiros. Os estudos avaliam aspectos como pontualidade, acessibilidade, inovação e qualidade da prestação de serviços. Os dados orientam programas de modernização da infraestrutura aeroportuária e de aprimoramento da gestão operacional em todo o país

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/07/2025

REGIÃO NORDESTE - GOVERNO ANUNCIA R\$ 31,7 BILHÕES PARA CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NA BAHIA

Projetos da Rota 2 de Julho e da Rota dos Sertões preveem duplicações, pedágio eletrônico e melhorias em trechos estratégicos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou na quarta-feira (9) que o Governo Federal vai destinar R\$ 31,7 bilhões a dois projetos estratégicos de concessão rodoviária na Bahia: a Rota 2 de Julho e a Rota dos Sertões. As iniciativas preveem R\$ 13,2 bilhões em obras (Capex) e R\$ 17 bilhões em custos operacionais (Opex), com foco na melhoria da integração logística entre o Nordeste e o Sudeste.

O anúncio foi feito durante reunião em Brasília (DF) com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e parlamentares da bancada do estado. O ministro destacou o aumento dos

investimentos federais em infraestrutura na Bahia e afirmou que o orçamento previsto para este ano é de R\$ 1,8 bilhão, valor três vezes maior do que o executado em 2022. Segundo ele, quando a atual gestão assumiu, apenas 47% da malha rodoviária baiana estava em boas condições, enquanto 28% era classificada como ruim ou péssima. Com o aumento dos investimentos, esse índice de qualidade teria subido para 86%.



O ministro dos Transportes, Renan Filho, fez o anúncio durante reunião em Brasília ao lado do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e parlamentares da bancada do estado. Foto: Marcio Ferreira/MT

Os dois projetos abrangem trechos rodoviários considerados essenciais para o escoamento da produção, o tráfego de longa distância e o desenvolvimento regional. A Rota 2 de Julho, que liga Salvador à divisa com Minas Gerais, prevê a duplicação de mais de 300 quilômetros de pistas, a implantação de 257 quilômetros de faixas adicionais, além de 52 passarelas, 42 passagens de fauna e 14 pórticos de pedágio eletrônico no modelo free flow. Já a Rota dos Sertões, no trecho entre Feira de Santana e Salgueiro (PE), inclui a duplicação de 108 quilômetros, a implantação de 107 quilômetros de acostamentos, 90 novos dispositivos de acesso e mais de 40 quilômetros de vias marginais.

O governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), afirmou que o governo estadual está mobilizado para garantir que os recursos resultem em entregas concretas à população. Segundo ele, a interlocução com o Governo Federal tem sido constante, com a apresentação de projetos prioritários e o acompanhamento de obras estruturantes. O objetivo, segundo o governador, é promover o desenvolvimento regional e melhorar a mobilidade no estado.

As intervenções deverão beneficiar diretamente municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jaguaquara, Euclides da Cunha, Canudos e Tucano. Também estão previstas obras de adequação urbana, construção de viadutos, passagens inferiores e retornos, em atendimento às demandas levantadas durante audiências públicas realizadas nas regiões afetadas.

A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, destacou que os projetos incorporam soluções voltadas à eficiência e à segurança viária. Entre as inovações previstas estão a cobrança proporcional de pedágio por quilômetro rodado, com o objetivo de garantir maior justiça tarifária, a implantação de pontos de apoio para caminhoneiros e intervenções em trechos considerados críticos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/07/2025

REGIÃO NORDESTE - BAHIA VAI CONTRATAR PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARA O PORTO DE ILHÉUS

Contrato de R\$ 731 mil será firmado sem licitação enquanto Fiol segue com obras paradas e Porto Sul não avança

Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br

O governo da Bahia vai contratar, por dispensa de licitação, uma empresa especializada para elaborar um plano de gestão ambiental para o Porto de Ilhéus. A informação foi divulgada na terça-feira (8) pelo portal Bahia Notícias.

Segundo a publicação, o contrato, com valor de R\$ 731,8 mil, terá duração de seis meses e tem como objetivo reforçar a adequação ambiental do terminal, que é administrado pela Companhia das

Docas do Estado da Bahia (Codeba). Em operação desde 1971, o porto está localizado na Ponta do Malhado e tem capacidade para movimentar cerca de um milhão de toneladas de carga por ano, incluindo produtos como soja, milho e amêndoas. O terminal também recebe cruzeiros marítimos, principalmente durante a alta temporada.



Em operação desde 1971, o Porto de Ilhéus está localizado na Ponta do Malhado e tem capacidade para movimentar cerca de um milhão de toneladas de carga por ano

Apesar da importância histórica e econômica, a estrutura atual do porto é considerada limitada, especialmente diante da expectativa de crescimento no escoamento de cargas com a futura operação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O trecho mais avançado da obra, entre Caeté e Ilhéus (Fiol 1), tem cerca de 75%

dos trabalhos concluídos, mas segue com as obras paralisadas.

O Porto Sul, terminal projetado para atender à Fiol e operar até 40 milhões de toneladas por ano, também em Ilhéus, ainda não saiu do papel. Até o momento, foram executadas apenas obras de acesso, canteiros e uma ponte sobre o Rio Almada.

A Fiol, quando concluída, ligará Ilhéus a Figueirópolis (TO), onde se conectará à Ferrovia Norte-Sul. Além da Fiol 1, o projeto inclui outros dois trechos: Fiol 2, entre Caeté e Barreiras, com previsão de entrega em 2027; e Fiol 3, de Barreiras a Figueirópolis, que aguarda licença de instalação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/07/2025

REGIÃO NORTE - DNIT CONCLUI METADE DA NOVA PONTE SOBRE O RIO TOCANTINS NA BR-226

Estrutura entre Aguiarnópolis e Estreito terá 630 metros e deve ser concluída em um ano; travessia por balsas continua operando com quatro atracadouros

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A intervenção, iniciada há menos de cinco meses, receberá investimento federal de R\$ 171,1 milhões. A nova estrutura já conta com todas as 24 fundações e 26 pilares concluídos

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) concluiu, na última segunda-feira (23), metade das obras de construção da ponte sobre o Rio

Tocantins, na BR226/MA/TO, entre os municípios de Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA). A intervenção, iniciada há menos de cinco meses, receberá investimento federal de R\$ 171,1 milhões.

A nova estrutura já conta com todas as 24 fundações e 26 pilares concluídos. Paralelamente, seguem os trabalhos de fabricação, no próprio canteiro, das 45 vigas pré-moldadas que vão compor a nova Obra de Arte Especial (OAE), destinada a restabelecer a ligação em um dos eixos rodoviários mais importantes do país. Estão em andamento também a execução de pré-lajes e das aduelas que integram o método de construção por balanço sucessivo.

Esse método é utilizado em pontes e viadutos com grandes vãos, especialmente em locais onde não é possível utilizar escoramentos convencionais apoiados no solo. A estrutura é construída em segmentos — chama dos de aduelas — que são concretados ou pré-moldados e avançam em balanço a partir de pilares centrais.

A nova ponte terá 630 metros de extensão e 19 metros de largura, com um vão livre de 154 metros. O projeto prevê duas faixas de rolamento de 3,6 metros cada, dois acostamentos com três metros, barreiras de proteção do tipo New Jersey, dois passeios para pedestres e guarda-corpo nas extremidades do tabuleiro. O prazo contratual para a conclusão da obra é de um ano, contado a partir da assinatura do contrato emergencial.

Como medida provisória durante as obras, a travessia entre Aguiarnópolis e Estreito está sendo feita por balsas. No último fim de semana, foi concluída a construção do segundo atracadouro em Estreito, totalizando agora quatro estruturas — duas em cada margem do rio.

A ampliação visa garantir maior fluidez no transporte entre os dois municípios. Atualmente operam quatro balsas: duas destinadas a veículos leves e duas a veículos pesados. De acordo com o Dnit, a medida contribuiu para reduzir o tempo de espera na travessia. Também foi pavimentada uma segunda via de acesso ao novo atracadouro, separando os fluxos de veículos leves e pesados. Segundo o órgão, essa organização aumentou a eficiência e a segurança nas operações de embarque.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/07/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

NORDESTE PODE PERDER R\$ 16 BILHÕES AO ANO COM TARIFA DE 50% SOBRE O BRASIL, INFORMA SUDENE

Por Victoria Isabel - 10/07/2025 17:00 - Atualizado 10/07/2025



Foto: Divulgação

Após o anúncio de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras por parte dos Estados Unidos, a Coordenação de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação da Sudene fez uma sondagem para verificar os possíveis impactos da taxa para o Nordeste. De acordo com o estudo, Ceará, Bahia e Maranhão serão os estados mais afetados, já que são os principais exportadores da Região para os EUA em 2025. Só este ano, até o mês de junho, a pauta de exportações do Nordeste para os Estados Unidos somou US\$ 1,58 bilhão, o equivalente a R\$ 8,7 bilhões, sendo o principal exportador o estado do Ceará, seguido por Bahia e Maranhão. Juntos, eles representaram 84,1% do total exportado.

Foi avaliado, ainda, o ano de 2024, com Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco protagonizando as exportações para os norte-americanos, sendo responsáveis por US\$ 2,5 bilhões, aproximadamente R\$ 14 bilhões. Nesse período, em sua totalidade, a Região exportou pouco mais de R\$ 15,6 bilhões, considerando o valor do dólar de hoje (10/07). “Será uma perda significativa para a economia regional, caso este mercado seja fechado, uma consequência natural diante do aumento expressivo

nos preços de mercadorias, conforme a lei da oferta e da procura mostra”, avaliou José Farias, coordenador de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação da Sudene.

Ele explica que diante deste “aumento absurdo de tarifa”, os compradores norte-americanos naturalmente iriam procurar outros fornecedores no mercado mundial, refletindo não só na perda do PIB e de empregos, mas trazendo também “consequências indiretas bem mais pesadas sobre a cadeia produtiva regional, pois os produtos exportados, em geral, suportam uma longa cadeia de atividades no território, mesmo para aqueles produtos primários, como é o caso do cacau enviado para os EUA”.

José Farias enfatiza que o aumento pode levar a perdas relevantes para os pequenos agricultores e até mesmo para a indústria, principalmente para os quatro estados que mais exportam para os Estados Unidos. “Estamos falando de uma pauta muito diversificada, indo desde ligas de aço, passando por pastas químicas, pneus e variados produtos da agropecuária (tipicamente commodities).

Entre os produtos exportados destacam-se aço, frutas, pescados e calçados (Ceará), “com alta concentração em produtos com valor agregado médio, que podem perder competitividade com taxa adicional”, segundo Farias. Na Bahia, em 2025, os principais produtos exportados são cacau, óleos, pneumáticos, frutas (BA), com impacto significativo em setores como cacau (US\$ 46 milhões) e pneumáticos (US\$ 42 milhões). Já no Maranhão, pastas químicas e minérios são os principais produtos exportados.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 10/07/2025

CARNES, AVIÕES, CAFÉ E MAIS: COMO O TARIFAÇO DE TRUMP AFETA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Por VICTOR OLIVEIRA - 10/07/2025 16:44



A imposição de tarifas de 50% aos produtos brasileiros a partir de 1º de agosto, anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem potencial de resultar em um corte drástico nas exportações do Brasil.

O mercado norte-americano é o segundo principal destino das vendas externas do Brasil, atrás apenas da China, com o petróleo tendo a maior participação em receita nas vendas para os EUA.

Além disso, os norte-americanos estão entre os mais relevantes para bens manufaturados brasileiros, de maior valor agregado, como aeronaves, autopeças e máquinas.

A imposição das tarifas por Trump tem potencial de provocar queda de bilhões de dólares nas exportações brasileiras, sem considerar eventuais concessões setoriais, de acordo com analistas.

De acordo com análise do banco BTG Pactual, a tarifa anunciada não será cumulativa aos 25% aplicados a automóveis e peças, nem aos 50% sobre aço e alumínio. Produtos sob investigação da Seção 232, como semicondutores, minerais críticos e produtos farmacêuticos, continuarão isentos. O banco citou que a isenção também inclui petróleo e derivados.

Veja abaixo os totais exportados pelo Brasil aos EUA em 2024:

Café



O Brasil, maior exportador mundial de café, tem os EUA tradicionalmente como principal destino do grão produzido no país, com as exportações no ano passado representando quase US\$2 bilhões. Esse montante representa 16,7% do total embarcado pelo Brasil.

No caso do café, haveria uma compressão de margens para o setor e encarecimento do produto aos consumidores dos EUA, segundo a consultoria Cogo Inteligência em Agronegócio. O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) concorda que o consumidor de café dos EUA será onerado com a tarifa de 50%.

Carne

Os Estados Unidos são o segundo maior mercado para a carne bovina do Brasil. No ano passado, de acordo com dados da associação Abrafrigo, os EUA aumentaram a participação no volume exportado pelo país para 16,7%, ou 532.653 toneladas, gerando uma receita para exportadores brasileiros de US\$1,637 bilhão.

Em relatório, a Minerva estimou um impacto potencial máximo ao redor de 5% de sua receita líquida, com base nos embarques brasileiros sujeitos à nova política de Trump. Outras companhias do setor, como JBS e Marfrig, possuem grande parte de suas operações nos EUA.

Suco de laranja

Na safra 2024/25, encerrada em 30 de junho, os EUA representaram 41,7% das exportações brasileiras de suco de laranja, somando US\$1,31 bilhão em faturamento, conforme dados do governo consolidados pela CitrusBR. A tarifa de 50% representa um aumento de 533% sobre os US\$415 por tonelada que já eram cobrados sobre o produto brasileiro.

“Trata-se de uma condição insustentável para o setor, que não possui margem para absorver esse tipo de impacto”, afirmou a CitrusBR, notando que outros importadores não conseguiriam absorver os excedentes não embarcados aos EUA.

No suco de laranja, a consultoria Cogo prevê queda “drástica” na competitividade brasileira e “risco à cadeia citrícola”, que tem nos EUA o segundo principal destino.

Petróleo

As exportações brasileiras de petróleo aos EUA renderam ao país US\$5,8 bilhões em 2024, ou cerca de 13% de tudo que o Brasil exportou desta commodity no ano passado, segundo dados do governo compilados pela consultoria StoneX.

No caso de o petróleo ser incluído na tarifa de 50%, ainda assim a perda seria relativamente “modesta” para o Brasil, segundo o BTG, já que o setor conta com maior flexibilidade comercial e capacidade logística para redirecionar embarques a outros mercados.

No primeiro trimestre, os EUA foram destino de 4% do petróleo exportado pela Petrobras, ante 9% no período anterior, segundo dados da empresa. Em derivados, a petroleira estatal teve os EUA como segundo principal destino, com uma fatia de 37%.

Aeronaves

As exportações de aeronaves aos EUA, notadamente aviões, renderam ao país US\$2,4 bilhões, representando cerca de 63% do total exportado pelo Brasil, conforme o BTG. A Embraer é a empresa com maior exposição nas exportações.

Semifaturados de ferro ou aço

Os produtos semifaturados de ferro ou aço registraram exportações aos EUA de US\$2,8 bilhões, com a participação dos norte-americanos nas vendas totais somando mais de 70%, segundo análise do BTG.

Materiais de construção e engenharia

O Brasil exportou o equivalente a US\$2,2 bilhões desses produtos aos EUA, com o país da América do Norte também registrando uma fatia elevada do total, cerca de 58%.

Madeira

Os produtos de madeira tiveram exportações de US\$1,6 bilhão para os EUA em 2024, com os norte-americanos respondendo por mais de 40% do total exportado pelo Brasil.

De acordo com a Cogo Inteligência em Agronegócio, produtos florestais do Brasil são exemplos daqueles que perderiam competitividade para outras nações, como Canadá, Chile e União Europeia.

A Suzano, gigante do setor de celulose, com cerca de 15% de suas receitas nos EUA, poderia enfrentar algumas dificuldades no curto prazo, mas a companhia se beneficia de ter baixos custos, flexibilidade para realocar volumes e escala global, segundo relatório do Citi.

Máquinas e motores

A indústria de motores, máquinas e geradores exportou US\$1,3 bilhão aos EUA no ano passado, com esse segmento de manufaturados respondendo por mais de 60% de tudo o que o Brasil exportou, segundo um quadro apresentado pelo BTG. A medida é negativa para a brasileira WEG, afirmou o UBS BB em nota.

Eletroeletrônicos

No caso dos eletroeletrônicos, o Brasil exportou US\$1,1 bilhão para os EUA no primeiro semestre deste ano, com o mercado norte-americano sendo o principal destino das exportações do setor, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 10/07/2025



CÂMARA BRASIL-RÚSSIA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO

CÂMARA BRASIL-RÚSSIA ELEGE NOVA DIRETORIA PARA O TRIÊNIO 2025-2028

Por Câmara Brasil-Rússia



Câmara Brasil-Rússia elege nova Diretoria para o Triênio 2025-2028

Em Sessão Solene de Posse da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria & Turismo realizada na tarde de 26 de Junho de 2025 na sede da entidade no Centro do Rio de Janeiro em seu rooftop,



em frente do Aterro do Flamengo, tomou posse diante de uma grande plateia de diretores e convidados a nova Diretoria Executiva e membros do Conselho Superior e Fiscal para um mandato trienal, que se estenderá até Maio de 2028, em conformidade com a norma estatutária. O novo corpo de dirigentes foi aprovado por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 23 de maio do corrente ano.

Abrindo a sessão, o Presidente reeleito, Gilberto Ramos, agradeceu pela presença de todos, e frisou que aceitou dar seguimento aos desafios crescentes em meio a um novo cenário geoeconômico, onde as possibilidades de incremento das relações bilaterais econômicas, comerciais e de investimentos, através do estabelecimento de empresas russas e brasileiras nos respectivos países, facilitará o aumento da corrente comercial russo-brasileira, que vem batendo recordes ano a ano, tendo chegado à cifra de US\$ 12,4 bilhões em 2024. Assinalou ser fundamental que exista uma participação maior dos bancos comerciais e de desenvolvimento, e fundos e agentes intervenientes tais como o “Russian Direct Investment Fund”, que estarão presentes nas reuniões às margens da Cúpula do BRICS, incluindo um fórum russo-brasileiro, frisando ainda a relevância do papel do papel do NDB, o Banco do BRICS, hoje dirigido pela ex-Presidente Dilma Rousseff. Ramos lembrou que muitos dos dirigentes das organizações citadas na primeira semana de julho, em função dos eventos que ocorrerão às margens da Cúpula dos Países BRICS+, nos dias 6 e 7. Ramos informou que ao longo deste ano vem participando de diversos eventos sob a presidência brasileira dos países BRICS, entre eles da Reunião dos Chanceleres, da Associação de Cidades e Municípios do BRICS, e dos Reitores das Universidades do Brasil. Salientou ainda que discutiu com todos os membros da entidade que estão sendo empossados sobre a necessidade do estabelecimento de ações objetivas e pragmáticas, sendo que novos Grupos de Trabalhos serão abertos no transcorrer deste novo mandato, além dos já existentes, nos setores Agropecuário, Energia e Infraestrutura, e Suporte Legal.

O Cônsul-Geral da Federação da Rússia, Andrei Petrov, saudou a nova Diretoria da Câmara Brasil-Rússia que tomava posse, e enalteceu sobre a grande relevância do processo global em curso da desdolarização, onde o comércio exterior entre os países-membros do BRICS+ e do Sul Global já vem sendo efetuado em moedas nacionais, como alternativa natural às trocas financeiras antes hegemônicas pelo dólar americano. Petrov também chamou a atenção para a necessidade de que exista um fluxo maior de eventos culturais entre os dois países, necessário para a aproximação entre os dois povos, visando principalmente a consolidação de um mundo mais democrático e multipolar.

Três membros do Conselho Superior da Câmara Brasil-Rússia efetuaram pronunciamentos. O engenheiro, acadêmico e escritor Darc Costa da Luz, ex-vice-presidente do BNDES, elogiou a perseverança do Presidente Ramos, destacando a importância do momento atual para a eleição de uma chapa diretora tão forte, diversificada e representativa como a atual, para dar suporte às necessidades e interesses de ambos os países no cenário geopolítico, especialmente considerando a proeminência que vem ganhando o grupo expandido dos países do BRICS. Luiz Mauro Camargo, empresário no setor de segurança e defesa, observou a necessidade de que o Brasil busque maior apoio junto às empresas e especialistas do setor militar da Rússia, tendo exposto que as empresas russas têm o potencial de serem as maior parceiras globais para atender as demandas em curso de um país continental como o Brasil. O empresário do setor de transportes e logística, e líder em diversas entidades de classe do comércio exterior, Aluísio Sobreira, destacou a perseverança ao longo de diversos anos do Presidente reempossado da Câmara Brasil-Rússia, tendo estado no corpo diretor da Câmara em outros mandatos, participando igualmente de forma ativa em diversas missões realizadas pela entidade à Rússia, como também inúmeros eventos receptivos a delegações russas, inclusive governamentais, enaltecendo a necessidade de que empresas russas de setores tais como o ferroviário, hidroviário e de construção naval tenham presença física no Brasil.

Na qualidade de um dos diretores empossados, o advogado Thiago de Oliveira, que já vem coordenando o Grupo de Trabalho de Suporte Legal da Câmara Brasil-Rússia, destacou a necessidade de que as empresas russas que têm vindo em escala cada vez maior ao Brasil, especialmente a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro, busquem respaldo legal, para que tenham suporte pleno para suas atividades no Brasil buscando segurança jurídica, especialmente no setor corporativo e no de marcos regulatórios.



Por sua vez, Paulo Protasio, Presidente do Sistema CISBRA – CAERJ, e Diretor Executivo da Autoridade do Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro, sinalizou a enorme importância do momento atual para o adensamento das relações russo-brasileiras, onde mudanças drásticas vêm ocorrendo na cena geopolítica, na qual o desenvolvimento das relações entre países continentais como Rússia e Brasil torna-se estratégico para o estabelecimento de um cenário menos crítico do que o que se observa atualmente. Protasio enalteceu o belo trabalho sob a gestão do Presidente Gilberto Ramos no período de diversos anos, concluindo que jamais poderia de estar presente para prestigiar a nova diretoria que tomava posse.

Presente à solenidade, ao final dos discursos o Padre Roman Kühnen, pároco da Igreja Ortodoxa Russa de Santa Zinaída, em Santa Tereza, no Rio de Janeiro, teceu palavras de incentivo aos empossandos, abençoando e desejando sucesso e prosperidade à entidade e a todos os membros que a compõem, bem como ao público que se encontrava no evento solene.

Mensagem do Embaixador da Rússia no Brasil

Impossibilitado de estar presente à sessão, o Embaixador da Federação da Rússia no Brasil, Alexey Kazimirovitch Labetsky, enviou uma carta saudando o Presidente Gilberto Ramos, e envidando sucesso à nova gestão que se inicia. Segue o texto:

“Quero, em primeiro lugar, cumprimentar calorosamente o nosso amigo da longa data, Sr. Gilberto Ramos, por sua reeleição como presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia. Sua liderança firme e seu compromisso com o fortalecimento dos laços econômicos entre nossos países são notáveis, e merecem todo reconhecimento.

A Câmara tem sido uma parceira estratégica na promoção de negócios, investimentos e na construção de um ambiente de confiança mútua entre os setores privados da Rússia e do Brasil ao longo dos anos.

Em nome da Embaixada da Federação da Rússia, reafirmo nosso apoio a essa importante instituição, e desejo pleno êxito à nova diretoria. Que esta nova gestão traga ainda mais resultados concretos e benefícios para ambos os países.

Muito obrigado.”

Relação dos membros da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Brasil-Rússia / Mandato 2025-2028:

Presidentes Honorários:

O Embaixador da Federação da Rússia no Brasil, ALEXEY K. LABETSTKY

O Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS.

GILBERTO F. RAMOS – **Presidente**

NATALIA KUDRYAVTCEVA DE LIMA – **1ª Vice-Presidente**

NATALIA CHERVYAKOVA BARBOSA- **2ª Vice-Presidente**

Representação em Moscou:

OLEG BALUEV e SERGEY KOROTKOV (Vice-Presidentes)

Chefes das Representações Regionais:

Bahia: GEORGE GURGEL

Brasília: EUGÊNIO J. G. ARAGÃO e NATALIA K. DE LIMA

Goiás: MARCELO POMPERMAYER DE ALMEIDA

Minas Gerais: CAROLINA BERNARDES M. O. SILVA

Paraná: ARDISSON AKEL e MÁRCIA RIEKE



Pernambuco: ADOLFO LEBEDOUR FILHO
Rio Grande do Sul: JACINTO ANTÔNIO ZABOLOTSKY
Santa Catarina: SARGIS MURADYAN e VLADIMIR LAMEKHOV
São Paulo: NATALIA CHERVYAKOVA BARBOSA

Diretores Executivos:

ADOLFO JOSÉ LEBEDOUR FILHO
ANTONIO JOSÉ AZEVEDO DUFFLES AMARANTE
ARNALDO COTIA MARIZ
CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA GERALDO
CAROLINA BERNARDES M. O. SILVA
CHRISTIAN ALBERTO. H. CARDOSO DE ALMEIDA
GEORGE GURGEL DE OLIVEIRA
FABIANA TENÓRIO DE O. DE AMORIM
HAROLDO LUIS T. MAC DOWELL DA COSTA
JACINTO ANTÔNIO ZABOLOTSKY
JOSÉ PIAUHYLINO M. MONTEIRO NETO
MARCELO POMPERMAYER DE ALMEIDA
MÁRCIA RIEKE
MARCO HUPE
PAULA HELENA VERGUEIRO
PEDRO CELESTINO DA SILVA PEREIRA FILHO
SARGIS MURADYAN
SEBASTIÃO HENRIQUE CABRAL DE MELLO
THIAGO DE OLIVEIRA
VLADIMIR LAMEKHOV
WILSON ALVES DE ARAÚJO FILHO

Conselho Superior:

CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (Presidente)
ALÚSIO DE SOUZA SOBREIRA
ANTONIO MELO ALVARENGA NETO
ARDISSON NAIM AKEL
DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA
EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO
JEAN CARLOS PEJO
LUIZ MAURO VIANA CAMARGO
PASCHOAL FABRA NETO

Conselho Fiscal:

NIXON DE SOUZA DANTAS JUNIOR
ROGÉRIO DE SOUZA FERREIRA
VITOR SERRA PINHEIRO
Fonte: CÂMARA BRASIL-RÚSSIA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO
Data: 10/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASIL AVALIA QUEBRAR PATENTES EM REAÇÃO A TRUMP, MAS GOVERNO LULA VAI ESPERAR TARIFA ENTRAR EM VIGOR

Medicamentos estariam na mira; filmes e livros também podem ter tributação maior

Por Eliane Oliveira — Brasília



O presidente Lula em evento no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai esperar até o próximo dia 1º de agosto para divulgar uma resposta à sobretaxa de 50% sobre as exportações de todos os produtos brasileiros. A medida foi anunciada na quarta-feira, em uma carta assinada pelo presidente Donald Trump a Lula, mas só entrará em vigor no início do mês que vem. Por isso, nas palavras de uma autoridade brasileira, "estamos correndo contra o relógio".

A carta de Trump ao presidente brasileiro contém a informação de que os produtos brasileiros receberão uma sobretaxa de 50% a partir do mês que vem. O americano justificou a medida com motivos políticos, com destaque ao tratamento dado pelo Judiciário ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a empresas de tecnologia dos Estados Unidos.

As tarifas de Trump e o comércio de cada país com os EUA

EUA só têm superávit com o Brasil, que recebeu a maior taxa

Pais	Tarifa (%)	Saldo comercial (US\$ bilhões)
Brasil	50	+3,2
Laos	40	-0,9
Mianmar	40	0
Tailândia	36	-22,7
Camboja	36	-4,9
Bangladesh	35	-3,1
Sérvia	35	-0,3
Indonésia	32	-9,7
África do Sul	30	-6
Iraque	30	-1,9
Sri Lanka	30	-1,2
Argélia	30	-0,5
Líbia	30	-0,07
Bósnia-Herzegovina	30	-0,05
Japão	25	-29,3
Coreia do Sul	25	-25,3
Malásia	25	-12,8
Cazaquistão	25	-2,8
Tunísia	25	-0,2
Brunei	25	-2
Moldávia	25	0
Filipinas	20	-2,8

Fonte: U.S. Census Bureau

— Foto: Arte

A possibilidade de retaliação existe. Porém, segundo auxiliares de Lula, nada será feito para prejudicar a economia do Brasil e a indústria nacional. No leque de ações que poderão ser adotadas estão o aumento das tarifas de importações de bens comprados dos EUA, a cassação de patentes de medicamentos e a elevação da tributação de filmes, livros e outros produtos e serviços ligados ao direito autoral.

Na área diplomática, há incertezas quanto à manutenção de um canal aberto, ainda em março deste ano, para a negociação de um acordo que poupe as exportações brasileiras das políticas protecionistas de Trump. Há preocupação de que as conversas sejam prejudicadas pela postura do presidente dos EUA em relação ao Brasil.

Já existe uma negociação em curso sobre tarifas de 25% sobre aço e alumínio e de 10% sobre todos os produtos brasileiros. No entanto, afirmam interlocutores, o diálogo com o Escritório de Comércio da Casa Branca, se não for suspenso, ganhará um novo patamar.

— Foto: Arte

Desde a posse de Trump, em janeiro deste ano, os contatos entre autoridades brasileiras e americanas ocorrem em escalões menores. Integrantes do

governo rebatem as críticas de que o Brasil nunca se mexeu para ter boas relações com os EUA. Lembram que Lula enviou mensagem de congratulações a Trump, pela vitória, e Mauro Vieira

parabenizou o secretário de Estado, Marco Rubio, pela aprovação de seu nome pelo Senado americano. "Do lado de lá, não houve reação", resumiu um auxiliar de Lula.

Acordos internacionais e ação na OMC

Acelerar os acordos comerciais em negociação entre o Mercosul e os parceiros internacionais até o fim deste ano é outro caminho a ser buscado. O Brasil, na presidência do bloco sul-americano, pretende assinar dois grandes tratados: com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta).

Entrar com uma ação contra os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) é outra saída provável, indicada por Lula desde o início do tarifaço de Trump. Mas há um problema: a OMC está praticamente engessada, devido à paralisação do Órgão de Apelação, que funciona como última instância para os países entrarem com recurso.

Em reunião de emergência, na noite de quarta-feira, no Palácio do Planalto, entre Lula e vários ministros, a principal decisão foi a convocação, pela segunda vez no dia, do encarregado de negócios da Embaixada dos EUA em Brasília, Gabriel Escobar.

A secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, Maria Luísa Escorel, devolveu a carta de Trump a Escobar, sob a alegação de que o conteúdo era ofensivo e com informações erradas, como um superávit comercial que o Brasil teria com os EUA que não existe.

Não há decisão, por enquanto, sobre chamar de volta ao Brasil a embaixadora em Washington, Maria Luiza Viotti. Mas está certo que o governo brasileiro não vai negociar nada relacionado ao processo que o Judiciário está levando e envolve Bolsonaro.

Aliado de Trump, Jair Bolsonaro é réu em um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-presidente é acusado de liderar uma tentativa de golpe de Estado, que culminou com os atos de 8 de janeiro. A expectativa é que Bolsonaro e outros supostos participantes da trama sejam julgados até o próximo mês de setembro.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/07/2025

BRASIL CRIARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA ANALISAR LEI DA RECIPROCIDADE APÓS TARIFA DOS EUA, DIZ HADDAD

Por Ana Carolina Diniz



Ministro da Fazenda Fernando Haddad e vice-presidente Geraldo Alckmin participam do Lançamento do programa carro sustentável no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo brasileiro formará um grupo de trabalho para analisar a Lei da Reciprocidade diante da taxaço de 50% imposta pelo presidente Donald Trump ao Brasil. Segundo ele, o grupo de trabalho, sob a condução do vice-presidente Geraldo Alckmin, vai analisar todos os instrumentos que estão à disposição do governo brasileiro para submeter ao presidente Lula.

- Lembrando que nós temos ainda algumas semanas e nós temos que diplomaticamente agir. Os canais diplomáticos sempre estarão abertos para buscar um entendimento e a superação desse impasse. Seria bom que os setores extremistas da sociedade brasileira que concorreram para esse resultado se desmobilizassem nos Estados Unidos e passassem a defender o interesse nacional. Então, nós temos a expectativa também de que, diante da evidência, inclusive da pública, de que

eles se envolveram num ataque ao Brasil, a extrema-direita brasileira está envolvida no ataque dos Estados Unidos ao Brasil, que ela agora procure corrigir o estrago que fez.

Segundo ele, se as taxas forem mantidas, há setores específicos, como o agronegócio e a indústria, sobretudo de São Paulo, que serão fortemente afetados.

- O mesmo pode acontecer com setores de lá afetados pela Lei da Reciprocidade. Nós não queremos prejuízo de ninguém. Nem dos brasileiros que vendem para os Estados Unidos, nem dos americanos que vendem aqui. Vendem muito aqui. Têm inclusive superávit conosco. Então não é razão para isso. Nós temos que buscar o entendimento, imaginar que alguém com juízo vai aparecer e fazer o que é certo. Se houvesse uma razão para isso, que fosse de ordem econômica, nós estaríamos dispostos a sentar, mas não há razão econômica para isso. Então, nós não podemos misturar ideologia com economia, e menos ainda alinhar setores da sociedade brasileira contra a soberania nacional. Isso é inaceitável.

Questionado se a aplicação da Lei da Reciprocidade poderia causar um efeito inflacionário também aqui, Haddad afirmou que há muitas medidas não tarifárias que podem ser pensadas, e medidas tarifárias que não impactam a inflação. E que tudo será estudado pelo grupo de trabalho.

- Se houver boa vontade, nós vamos superar esse mal-entendido. É um grande mal-entendido que envolve, infelizmente, o interesse pessoal de um indivíduo, e isso não pode afetar a relação de 200 anos entre dois países.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/07/2025

TARIFA OU SANÇÃO? ENTENDA POR QUE A MISTURA DE POLÍTICA COM ECONOMIA DE TRUMP SURPREENDE TANTO OS DIPLOMATAS

Segundo fontes do governo Lula, as medidas que Trump pretende adotar contra o país podem ser consideradas sanções por sua motivação política; diplomatas recomendam cautela e firmeza na resposta

Por Janaína Figueiredo



**O embaixador e ex-ministro Rubens Ricupero —
Foto: Ana Paula Paiva / Valor**

A ofensiva comercial anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra o Brasil instalou um debate entre especialistas e diplomatas: o Brasil pode ser alvo de sanções?

Fontes do governo afirmaram que, se a ameaça de Trump for concretizada, poderá ser considerada “uma sanção punitiva contra o Brasil”, um fato inédito. O objetivo dessa eventual sanção, frisaram esses interlocutores, “é impor uma visão de mundo e impedir expressões de independência”.

Como é consenso entre todos os que questionaram as ações do presidente americano, sua ofensiva nada tem a ver com comércio.

Pela definição, sanções entre países são medidas coercitivas aplicadas por um ou mais Estados contra outro Estado, entidade ou indivíduo, com o objetivo de influenciar comportamentos considerados inaceitáveis pela comunidade internacional ou por um país, sem recorrer ao uso direto da força militar.

As sanções podem ser impostas de forma unilateral (por um único país) ou multilateral (por grupos de países ou organizações internacionais, como as Nações Unidas ou a União Europeia). Neste caso, o Brasil estaria sendo alvo uma de uma sanção unilateral dos EUA.

As tarifas de Trump e o comércio de cada país com os EUA

EUA só têm superávit com o Brasil, que recebeu a maior taxa

Pais	Tarifa (%)	Saldo comercial (US\$ bilhões)
Brasil	50	+3,2
Laos	40	-0,9
Mianmar	40	0
Tailândia	36	-22,7
Camboja	36	-4,9
Bangladesh	35	-3,1
Sérvia	35	-0,3
Indonésia	32	-9,7
África do Sul	30	-6
Iraque	30	-1,9
Sri Lanka	30	-1,2
Argélia	30	-0,5
Líbia	30	-0,07
Bósnia-Herzegovina	30	-0,05
Japão	25	-29,3
Coreia do Sul	25	-25,3
Malásia	25	-12,8
Cazaquistão	25	-2,8
Tunísia	25	-0,2
Brunei	25	-2
Moldávia	25	0
Filipinas	20	-2,8

Fonte: U.S. Census Bureau

Balança Comercial e Tarifas EUA com Brasil e outros países — Foto: Arte

Balança Comercial e Tarifas EUA com Brasil e outros países — Foto: Arte

'Tiro no pé'

No caso dos EUA de Trump, o alvo da sanção é a ação do Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente americano busca influenciar o Judiciário brasileiro em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro e de big techs americanas, através do que o embaixador brasileiro José Alfredo Graça Lima chama, recorrendo a um vocabulário muito usado em outros momentos da História recente, de “trade harassment” (assédio comercial, em tradução livre).

— Politicamente, (a medida anunciada por Trump] pode ser considerada uma sanção pelas alegações iniciais sobre o Judiciário brasileiro. Não gosto de usar a palavra punição, mas, dado o contexto, não tem outra explicação — aponta o embaixador, uma das referências no Itamaraty das últimas décadas em matéria de negociações comerciais.

Na visão de Graça Lima, “não existem razões econômicas e comerciais para essa taxa de 50%”.

— É uma situação absolutamente inédita, nunca aconteceu na História. É um tiro no pé, não sabemos quais serão as repercussões internas dentro

dos EUA — acrescenta o embaixador.



Embaixador José Alfredo Graça Lima, conselheiro do Cebri — Foto: Luciana Whitaker/Valor

Para ele, a reação do Brasil deve ser “filosófica na forma, e pragmática no conteúdo”:

— Não podemos nos engajar em discussão sobre o que o Brasil faz. Nunca nos colocarmos na defensiva quando estamos sendo agredidos.

'Não é olho por olho e dente por dente'

O Brasil, assegura o embaixador Rubens Ricupero, “tem que calmamente analisar a situação. Não é olho por olho e dente por dente. Se ele (Trump) anunciar 50% não devemos fazer a mesma coisa,

porque, por exemplo, pode ser que não nos interesse colocar entraves a celulares americanos, que aqui são mais caros do que no resto do mundo".

— Podemos atacar em pontos sensíveis. Eles ganham muito com serviços e telecomunicações em geral. Netflix, é tudo americano. Patentes, propriedade intelectual, temos de ver onde dói mais, e dar uma resposta dura. Na parte política, não tem conversa — frisou Ricupero.

Taxação: Brasil avalia quebrar patentes em reação a Trump, mas governo Lula vai esperar tarifa entrar em vigor

Na avaliação do embaixador, o que Trump pretende aplicar ao Brasil não seriam sanções, porque "isso pressupõe que você fez algo errado, ou algo para merecer".

— O problema se localiza nessa mistura da questão política interna do Bolsonaro e o ataque ao Supremo Tribunal com questões comerciais. Isso é o que os americanos chamam de um 'no starter', não dá nem pra começar — assegura Ricupero.

Para Ricupero, "para poder ter qualquer avanço nessa matéria seria preciso separar uma parte da outra. A parte política de defesa do Bolsonaro e o ataque ao STF é inaceitável".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/07/2025

TARIFA DOS EUA AFETA MAIS O SUDESTE, DIZ PRESIDENTE DE AGÊNCIA BRASILEIRA PARA EXPORTAÇÃO

Jorge Viana se reuniu com Lula nesta tarde no Palácio do Planalto e elogiou a disposição do presidente em conversar com os empresários

Por Luísa Marzullo — Brasília



O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, após reunião com Lula no Palácio da Alvorada — Foto: Luísa Marzullo/ Agência O Globo

O presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, afirmou nesta quinta-feira que a tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros deve impactar com mais força a região Sudeste.

Em entrevista à imprensa, logo após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio da Alvorada, Viana elogiou a postura do governo diante da medida e defendeu uma resposta "ponderada e unificada".

— O momento é de muita tensão. Era só com outros países, agora é só com o Brasil. Se essa tarifa se consolidar, o principal prejudicado será o Sudeste, onde estão concentrados setores fortemente exportadores, como o aço e a indústria aeronáutica. O presidente foi muito ponderado na resposta que deu, foi uma carta de estadista — afirmou Viana, em referência ao comunicado publicado por Lula horas após o anúncio das tarifas.

Na avaliação do presidente da Apex, o documento enviado pelo governo norte-americano tem um "teor ideológico" e fere a autonomia do Brasil, ao propor mudanças em políticas internas, inclusive em temas ligados ao uso de redes sociais, como condição para manter relações comerciais.

— Precisamos separar o que, na carta de Trump, é ideológico e fere o Brasil, do que é estritamente comercial. A parte econômica não tem justificativa: desde 2009 o Brasil tem superávit com os

Estados Unidos. Não há razão objetiva para o país ser submetido a uma tarifa de 50%. A carta fala em equilíbrio comercial, mas temos uma política de ganha-ganha que deve ser preservada — disse.

Viana também criticou a politização do tema por parte de lideranças da oposição, e fez um apelo à união federativa diante da crise, citando diretamente o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

— Uma medida como essa atinge o Brasil e afeta diretamente os estados. Precisamos de união, entre o governo federal e os governadores, acima das diferenças ideológicas. Espero que o governador de São Paulo reflita e perceba que o estado será diretamente prejudicado. Esse não é momento para disputa — afirmou.

Segundo Viana, Lula demonstrou disposição em ouvir os setores impactados pelas tarifas e deve ampliar o diálogo com empresários nos próximos dias. Entre os segmentos mais afetados estão o da siderurgia e o da aviação, incluindo empresas como a Embraer.

Viana também destacou que a ApexBrasil está conduzindo estudos técnicos para embasar as próximas ações do governo, considerando inclusive a possibilidade de reorganizar as rotas e destinos da pauta exportadora brasileira.

— Estamos trabalhando na construção de cenários e apostamos em um entendimento via diálogo, independentemente de quem esteja na Casa Branca. O certo é que o Brasil não vai parar de vender seus produtos. Se for necessário, poderemos redesenhar a geografia econômica das exportações — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/07/2025

'TARIFAÇÃO DE TRUMP É DELETÉRIO E É PRECISO HAVER NEGOCIAÇÃO', DIZ TARCÍSIO

Governador defendeu o diálogo com os EUA, criticou a política econômica do ministro Fernando Haddad e admitiu que a medida do presidente americano é prejudicial ao Estado de São Paulo e ao país

Por Sérgio Quintella — São Paulo



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante entrega do primeiro trem da Linha 6-Laranja do metrô — Foto: Pablo Jacob/Governo do Estado de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta quinta-feira (10) que o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é prejudicial ao Brasil e defendeu um diálogo. Além de comentar sobre a taxa de 50% sobre os produtos brasileiros, o aliado de Jair Bolsonaro defendeu indulto ao ex-presidente e mirou

críticas no ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT).

— O tarifaço é deletério, principalmente para aqueles estados que têm produção industrial de maior valor agregado. A gente precisa sentar na mesa, deixar de lado as questões ideológicas, deixar de lado as questões políticas, deixar de lado o revanchismo, as narrativas e trabalhar. Os EUA são o maior investidor estrangeiro direto no Brasil. A gente tem muito a perder e isso não é bom para ninguém, nem para o Brasil, nem para os EUA. É bom lembrar que vários produtos brasileiros são importantes para empresas americanas e eles não têm substitutos compatíveis à altura.

Durante a entrega do primeiro trem da Linha 6-Laranja do metrô na manhã de quinta-feira em São Paulo, Tarcísio defendeu que é preciso colocar a questão política de lado para resolver a equação e citou o México como exemplo de negociação bem-sucedida.

— Vamos pensar que, recentemente, o México foi sobretaxado em meio a uma questão política envolvida na aplicação da super tarifa, da super taxação e, mesmo sendo o governo de um outro alinhamento, sentaram na mesa, discutiram e chegaram à boa equação.

O governador, no entanto, não perdeu a chance de criticar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmando que a economia do país não vai bem.

— Se ele cuidasse da economia, ele estaria indo bem. O Brasil não está indo bem. Cabe a ele falar menos e trabalhar mais.

Sobre os impactos do tarifaço de Trump para São Paulo, Tarcísio considera que são negativos para o Estado.

— O impacto é negativo porque São Paulo é um grande exportador e o maior destino de exportações industriais do Estado de São Paulo são os Estados Unidos. Pega o exemplo de empresas importantes como a Embraer, que fechou grandes contratos agora recentemente. A gente está fazendo a nossa parte, nós já estamos conversando com a embaixada norte-americana, mas o esforço diplomático agora cabe ao Governo Federal. Cabe a ele sentar na mesa, negociar e resolver, apontar um caminho, como a diplomacia brasileira sempre fez ao longo da sua história.

Tarcísio lamentou o afastamento do atual governo da Casa Branca e ressalta que é preciso resolver a questão do tarifaço até agosto, quando a medida entra efetivamente em vigor, segundo divulgado por Trump.

— É lamentável esse afastamento da Casa Branca, porque nós temos interesses que são muito fortes. Agora, há um problema para ser resolvido e a gente tem prazo, nós temos até agosto para resolver.

Tema inicial da carta de Donald Trump ao presidente Lula, o julgamento do ex-presidente Bolsonaro também foi abordado pelo governador paulista, que defendeu um indulto em caso de condenação.

— Primeira coisa, eu entendo que o presidente é inocente e vai ser inocentado. E aí não vai ser necessário indulto. E, se for necessário, eu tenho certeza de que qualquer candidato desse bloco de centro-direita vai dar o indulto. Esse indulto vai ser negociado porque deve ser visto como um fator de pacificação.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/07/2025

TARIFA DE TRUMP VAI ENXUGAR R\$ 110 BILHÕES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS, CALCULA BTG

Por Rennan Setti

As tarifas sobre produtos brasileiros anunciadas por Donald Trump têm potencial de reduzir em cerca de US\$ 20 bilhões (R\$ 110 bilhões) as exportações do Brasil até o fim de 2026, calcula o BTG Pactual.

Em relatório assinado pela equipe do economista-chefe Mansueto Almeida, o banco afirma que, mesmo “assumindo que parte das exportações afetadas será redirecionada gradualmente a outros mercados ao longo dos próximos trimestres, estimamos uma redução das exportações de US\$ 7 bilhões (0,3% do PIB) em 2025 e de US\$ 13 bilhões (0,6% do PIB) em 2026.”



Jair Bolsonaro acompanha ao aeroporto de Brasília Michelle Bolsonaro que embarca para a posse do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

“A adoção de medidas retaliatórias poderia, em tese, compensar parte da deterioração do saldo comercial, mas traria riscos importantes: aumentaria a incerteza regulatória, encareceria a importação e poderia desencadear uma escalada de tensões comerciais, com impactos negativos sobre a inflação e o investimento”, alertou. “Na prática, o maior custo dessa nova rodada de tarifas está menos no potencial impacto direto sobre os fluxos de comércio e mais na piora do ambiente econômico, na deterioração da relação de parceria histórica entre os dois países e na incerteza gerada.”

Segundo o relatório, levando em consideração as tarifas setoriais já aplicadas e a nova tarifa de 50%, a tarifa efetiva média dos EUA sobre produtos brasileiros passará de 1,3% em 2024 para 37,2% em 2025.

A equipe de Mansueto observou que, embora a participação dos EUA nas exportações brasileiras tenha recuado de quase 25% no início dos anos 2000 para 12% hoje, o mercado americano ainda é o segundo principal destino das vendas e o mais importante para bens manufaturados de maior valor agregado, como aeronaves, autopeças e máquinas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/07/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HADDAD CRITICA 'VASSALAGEM' DE TARCÍSIO E GOVERNADOR DIZ PARA MINISTRO 'TRABALHAR MAIS'

Ministro diz que extrema-direita vai ter de reconhecer mais cedo ou mais tarde que deu um 'enorme tiro no pé'; Tarcísio diz que governo tem de 'deixar de lado questões ideológicas'

Por Giovanna Castro, Eduardo Laguna (Broadcast) e Giordanna Neves (Broadcast)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, bateram boca nesta quinta-feira, 10, sobre o tarifação de 50% sobre produtos brasileiros imposto por Donald Trump.

Em entrevista a jornalistas de cinco veículos (Brasil 247, Carta Capital, Diário do Centro do Mundo, Fórum e TVT News), Haddad afirmou que Tarcísio 'errou muito': “Ou uma pessoa é candidata a presidente ou é candidata a vassalo, e não há espaço no Brasil para vassalagem”.

Segundo o ministro, o anúncio de Donald Trump representa um golpe contra a soberania nacional, articulado por “forças extremistas” de dentro do País. Porém, segundo o ministro, a extrema-direita vai ter que reconhecer mais cedo ou mais tarde que deu um “enorme tiro no pé”, uma vez que a medida prejudica em especial as exportações de empresas e produtores do Estado de São Paulo, governado por Tarcísio de Freitas, um aliado de Bolsonaro.

Em São Paulo, durante o lançamento do primeiro trem da Linha 6-Laranja, Tarcísio criticou a atuação do governo federal por conta da tarifa de 50% sobre produtos brasileiros anunciada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Deixar de lado questões ideológicas, sentar na mesa e trabalhar. (...) cabe ao Haddad falar menos e trabalhar mais”, disse Tarcísio.



Governo de SP entrega primeiro trem da Linha 9 - Laranja Foto: Giovanna Castro/Estadão

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governador paulista é cotado para disputar a Presidência em 2026.

O presidente americano justificou o nível da taxa apontando que ordens judiciais “censuram” mídias sociais americanas e inibem a liberdade de expressão de cidadãos dos EUA.

Segundo Trump, esses ataques do Brasil partem do Supremo Tribunal Federal (STF). Em publicação na rede social Truth, Trump ainda ameaçou elevar ainda mais as tarifas caso o País responda com medidas recíprocas.

“Dos países do G-20, o mais afastado da Casa Branca é o Brasil. Precisamos estabelecer o bom senso e lembrar o seguinte: os americanos sempre foram aliados de primeira hora do Brasil. É o maior investidor estrangeiro direto no Brasil. Então a gente tem muito a perder e isso não é bom pra ninguém, nem para o Brasil nem para o americano”, destacou Tarcísio.

As exportações do Brasil para os EUA somaram US\$ 3,36 bilhões em junho deste ano, um crescimento de 2,4% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já no acumulado do primeiro semestre de 2025, a alta foi de 4,4%, com soma de US\$ 20,02 bilhões.

Resposta brasileira

Na quarta-feira à noite, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escreveu na rede social X que “qualquer medida de elevação de tarifas de forma unilateral será respondida à luz da Lei brasileira de Reciprocidade Econômica”.

O texto foi escrito após uma reunião de emergência com o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro da Indústria, Comércio e Serviços, e os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Na nota oficial, Lula afirmou que o “Brasil é um país soberano com instituições independentes que não aceitará ser tutelado por ninguém”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/07/2025*

BRASIL VAI COBRAR 50% EM TAXAS DOS ESTADOS UNIDOS CASO TRUMP CUMpra TARIFAÇO, DIZ LULA

O presidente brasileiro também disse que o País tem ‘vários caminhos’, entre eles o de recorrer à OMC, mas falou em diálogo: ‘O Brasil é um país em que tudo se resolve na conversa’

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA - Em entrevista ao Jornal da Record, da TV Record, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que vai cobrar 50% em tarifas dos Estados Unidos caso o presidente Donald Trump cumpra o anúncio de tarifar os produtos brasileiros. A tarifa de 50% está prevista para vigorar a partir de 1º de agosto.

Além da reciprocidade, o presidente disse que avalia recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) e propor investigações internacionais. Lula também sinalizou que manterá o diálogo aberto, e disse que o Brasil é um país onde tudo se resolve “na conversa”.

“Temos vários caminhos. Podemos recorrer à OMC, propor investigações internacionais, cobrar explicações. Mas o principal é a Lei da Reciprocidade, aprovada no Congresso. Se ele cobrar 50% da gente, a gente vai cobrar 50% dele”, disse Lula.



Lula também afirmou que será criado comitê com empresários para repensar política comercial com os EUA Foto: Pedro Kirilos/Estadão

Lula classificou a carta enviada por Trump como “absurda” e disse que não é costume enviar recados, por redes sociais, para chefes de Estado. O presidente também endossou que cabe ao Legislativo e ao Judiciário brasileiro estabelecer e cumprir leis.

O presidente brasileiro afirmou, também, que deve criar um comitê de emergência com empresários que terá atuação diária e focada em repensar a política comercial com os Estados Unidos. Lula destacou que a alegação de Trump de que os americanos têm déficit comercial é falsa.

“Ele alega que os Estados Unidos têm déficit com o Brasil, mas isso não é verdade. Em 2023, exportamos US\$ 40 bilhões e importamos US\$ 47 bilhões dos EUA. Tivemos um déficit de US\$ 7 bilhões. E, se somarmos os últimos 15 anos, o Brasil acumulou um déficit de US\$ 410 bilhões com os americanos. Será que ninguém do Tesouro explicou isso pra ele antes de escrever aquela carta absurda?”, afirmou Lula.

O presidente também exigiu respeito por parte dos Estados Unidos e disse que Trump é um “pretendente”, e não um “presidente”. Lula disse ainda que o líder americano estaria sendo processado assim como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por causa da invasão do Capitólio por radicais da extrema direita americana, em 2021.

“Se ele conhecesse um pouco do Brasil, teria mais respeito. O Brasil tem 201 anos de relação diplomática com os Estados Unidos, uma relação virtuosa, de benefício mútuo. Eu me dei bem com todos os presidentes americanos, porque o Brasil é um país de diálogo”, disse Lula.

“A primeira coisa que o povo brasileiro precisa saber é que quem tem que respeitar o Brasil e gostar do Brasil são os brasileiros. E, ao mesmo tempo, exigir que os outros nos respeitem”, declarou o presidente.

Ele atacou o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e disse que ele está nos Estados Unidos para influenciar Trump a intervir no processo do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/07/2025

OPOSIÇÃO ARTICULA CONTRAPONTO À PEC DA SEGURANÇA DO GOVERNO LULA EM JANTAR COM EMPRESÁRIOS

Encontro oferecido pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo discutiu projeto que visa blindar os setores estratégicos da economia contra o avanço do crime organizado

Por Guilherme Caetano

BRASÍLIA – Enquanto o relator da PEC da Segurança Pública na Comissão de Constituição e Justiça na Câmara, Mendonça Filho (União-PE), desidratava a proposta, parlamentares da oposição se reuniam com empresários num jantar para debater sua própria aposta para o combate à criminalidade.

Na abertura do encontro, oferecido pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo no Lago Sul de Brasília na noite da terça-feira, 8, deputados e senadores do PL pregaram mão pesada na área da segurança, criticaram a PEC elaborada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e defenderam a aprovação do projeto de lei 2646/2025, que visa blindar os setores estratégicos da economia contra o avanço do crime organizado.



Jantar da Frente Parlamentar Brasil Competitivo discutiu projeto que endurece combate ao crime organizado Foto: Guilherme Caetano/Estadão

As falas iniciais ficaram a cargo de Carlos Portinho (PL-RJ), líder da sigla no Senado, Paulo Bilynskyj (PL-SP), presidente da Comissão de Segurança Pública na Câmara, Eduardo Pazuello (PL-RJ), Domingos Sávio (PL-MG) e Vitor Lippi (PSDB-SP), representando o deputado Júlio Lopes (PP-RJ),

autor da proposta e que estava ausente.

A proposição defendida pelos opositoristas prevê algumas medidas contra membros do crime organizado: o sequestro de bens e recursos financeiros de indiciados, que só poderiam pagar por advogados com patrimônio lícito; a prisão após condenação em segunda instância; aumento do prazo da audiência de custódia para três dias; aumento de penas para determinados crimes e alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que permitiria reclusão de até seis anos para menores envolvidos com organizações criminosas.

Os autores da proposta também querem permitir o uso da Lei Rouanet para projetos de ressocialização; trabalho carcerário gerenciado por entidade privada; estabelecimento de um programa de monitoramento para participantes de facções e um cadastro nacional de organizações criminosas, com compartilhamento de informações sobre esses grupos e demais crimes em setores lícitos; entre outras medidas.

Os presentes manifestaram preocupação com o avanço de traficantes e milicianos em territórios do País, em especial no Rio de Janeiro, e fizeram sugestões ao texto. Em determinado momento, houve a defesa da instituição do chamado “juiz sem rosto” – prática de proteger a identidade de um juiz para evitar retaliação dos réus –, e de uma espécie de “lei de exceção” para criminosos.

“Uma contribuição, que pode ser polêmica, seria um bloqueio prévio de contas, recursos e patrimônio daquilo que é suspeito, antes do julgamento, e depois eles (investigados) podem retomar aquilo, desde que provem a origem lícita. Seria algo estranho numa democracia, mas nós estamos falando de uma lei de exceção, que é excepcional”, recomendou Lippi.

Em seguida, Bilynskyj mencionou o conceito de “direito penal do inimigo”, do jurista alemão Günther Jakobs, para sugerir a separação entre um direito penal para o cidadão, “cheio de garantias, direitos e processo penal”, e outro para o inimigo, a quem ele definiu como terrorista.

“Vocês entendem por que o Lula não quer reconhecer organizações criminosas como terroristas? A partir do momento em que você fala que o cara não é só um traficante de drogas, (que ele) é um terrorista, a sociedade passa a enxergá-lo como um não cidadão. E a gente pode fazer certas coisas com ele que a gente não poderia fazer com um cidadão. Como é que El Salvador conseguiu resolver todos os problemas? Muito foi feito nessa toada: se o cara tem tatuagem de organização criminosa? Joga ele na jaula e depois a gente vê”, declarou o deputado.

Bilynskyj se referia ao fato de o governo Lula ter rechaçado um pedido feito pela administração Trump para categorizar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), as duas

maiores facções criminosas do País, como organizações terroristas. Os americanos alegaram que a legislação americana permitiria sanções mais pesadas contra PCC e CV se eles fossem enquadrados como terroristas pelo governo do Brasil. Já o Executivo brasileiro justificou é que o sistema legal nacional não considera facções criminosas como terrorismo, uma vez que a atuação desses grupos não atendem a uma causa ou ideologia, mas sim a busca por lucro de diversas atividades ilícitas.

Portinho foi um dos expressaram temor com a infiltração de criminosos no aparato estatal e citou casos de traficantes expulsando síndicos para dominar condomínios do programa Minha Casa Minha Vida. “Isso acontece no Brasil inteiro. A Polícia Federal tem conhecimento e não faz nada. Então não adianta o ministro Lewandowski querer concentrar mais poder na PF se ele não faz o que todo mundo sabe que acontece”, disse.

Questionados pelo Estadão, os parlamentares se dividiram a respeito de como tratar a PEC da Segurança Pública, que começou a tramitar no Congresso após quase um ano de sua elaboração no Ministério da Justiça. Enquanto Bilynskyj quer barrar a proposta por inteiro e aprovar o projeto discutido no jantar, Lippi diz haver espaço para ambos serem aprovados. Mas todos foram unânimes em dizer que a PEC de Lewandowski não combate o avanço do crime como o texto de Júlio Lopes pretende fazer.

Representantes de companhias como Itaú, Betano, Grupo Ultra, Raízen, Bayer, Vivo e Nova Nordisk estiveram presentes e tiraram dúvidas com os parlamentares sobre o projeto. A Frente Brasil Competitivo entrou nesse debate, dizem seus membros, porque o crime organizado afeta cada vez mais os setores econômicos, como combustíveis, cigarro, bebidas, agronegócio, transporte público e provedores de internet. E a defesa do endurecimento de penas, do corte de financiamento de atividades ilícitas e do aumento do investimento no sistema penitenciário visaria combater a sonegação fiscal e o afastamento de investimentos, por exemplo.

Os deputados do PL defenderam “tratorar” – isto é, passar por cima ou dar célere andamento a uma matéria – na CCJ para garantir a rápida aprovação do texto. A ideia é nomear um relator que “se comprometa a manter o projeto íntegro” e levá-lo a a votação em plenário no segundo semestre. Enquanto isso, bolsonaristas querem barrar a PEC de Lewandowski e impedir que o governo Lula ganhe capital político com a medida em ano de eleição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/07/2025

EUA, CHINA, ARGENTINA? QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL?

Balança comercial brasileira fechou o primeiro semestre deste ano com superávit de US\$ 30,09 bilhões, o que representa queda de 27,6% na comparação com o ano passado

Por Geovanna Hora

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou na última quarta-feira, 9, que produtos brasileiros exportados para os EUA terão tarifas de 50% a partir do dia 1º de agosto. Os EUA estão entre os principais parceiros comerciais do Brasil.

As exportações do Brasil para os EUA somaram US\$ 3,36 bilhões em junho deste ano, um crescimento de 2,4% em comparação com o mesmo período do ano passado. Já no acumulado do primeiro semestre de 2025, as exportações somaram US\$ 20,02 bilhões, alta foi de 4,4%. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Os EUA são o segundo país para o qual o Brasil mais exporta, atrás apenas da China, principal destino das exportações brasileiras desde 2009. Somente no mês passado, as exportações para os chineses chegaram a US\$ 9,83 bilhões, com crescimento de 2,53% no comparativo anual. Já no

primeiro semestre deste ano, a soma dos produtos brasileiros enviados para a China foi de US\$ 47,68 bilhões, com queda de 7,54% em relação ao mesmo período de 2024.

Quem ocupa o terceiro lugar na lista de parceiros comerciais para os quais o Brasil mais exporta é a Argentina, seguida pela Holanda e pela Espanha. Ao todo, no acumulado de janeiro a junho de 2025, as exportações brasileiras somaram US\$ 165,87 bilhões, queda de 0,7%.

Confira o ranking dos países para os quais o Brasil mais exportou no primeiro semestre deste ano:

1. China - US\$ 47,68 bilhões
2. Estados Unidos - US\$ 20,02 bilhões
3. Argentina - US\$ 9,12 bilhões
4. Holanda - US\$ 5,62 bilhões
5. Espanha - US\$ 4,71 bilhões
6. México - US\$ 3,44 bilhões
7. Canadá - US\$ 3,41 bilhões
8. Cingapura - US\$ 3,15 bilhões
9. Chile - US\$ 3,11 bilhões
10. Alemanha - US\$ 2,94 bilhões



China e Estados Unidos estão entre os principais parceiros comerciais do Brasil. Foto: Anderson Coelho/Estadão

Importações

China e EUA também estão na ponta da lista quando o assunto são os países dos quais o Brasil mais importa. No caso dos chineses, o valor das importações é inferior ao das exportações: US\$ 6,15 bilhões no último mês e US\$ 35,69 bilhões no acumulado de janeiro a junho deste ano.

Os dados da Secex mostram que a situação é diferente em relação aos norte-americanos: a economia brasileira importa mais do que exporta para os EUA. A soma dos produtos enviados dos EUA para o Brasil chegou a US\$ 3,96 bilhões no mês de junho e a US\$ 21,70 bilhões no primeiro semestre de 2025.

Após China e Estados Unidos, aparecem a Alemanha, a Argentina e a Rússia. As importações brasileiras totalizaram US\$ 135,78 bilhões nos primeiros seis meses deste ano, crescimento de 8,3%. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 30,09 bilhões, com queda de 27,6% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Confira o ranking dos países dos quais o Brasil mais importou no primeiro semestre deste ano:

1. China - US\$ 35,69 bilhões
2. Estados Unidos - US\$ 21,70 bilhões
3. Alemanha - US\$ 7,04 bilhões
4. Argentina - US\$ 6,17 bilhões
5. Rússia - US\$ 5,08 bilhões
6. Índia - US\$ 3,67 bilhões
7. Itália - US\$ 3,53 bilhões
8. França - US\$ 3,39 bilhões
9. Japão - US\$ 3,13 bilhões
10. México - US\$ 2,82 bilhões

Tarifas de Trump

As novas tarifas de 50% sobre produtos brasileiros exportados para os EUA foram informadas por Trump por meio de uma carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e divulgada na rede social Truth Social.

Entre as justificativas dadas pelo presidente dos EUA para o nível da taxa estão o tratamento dado pelo Brasil ao ex-presidente Jair Bolsonaro e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) contra empresas americanas de tecnologia.

Lula reagiu ao anúncio e afirmou que a resposta do País virá por meio da Lei de Reciprocidade Econômica. A norma brasileira foi sancionada pelo presidente em abril deste ano e prevê medidas em casos de retaliações comerciais. As respostas podem ser:

- Imposição de tarifas, taxas extras ou restrições sobre importações de bens e serviços de um país;
- Suspensão de concessões comerciais e de investimentos;
- Suspensão de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual.

O Estadão/Broadcast apurou que o governo brasileiro trabalha com o prazo de cerca de 20 dias para responder a Trump, ou seja, quer aguardar a entrada em vigor das tarifas de 50%, a partir de 1º de agosto. A data foi estipulada pela Casa Branca na carta de Trump. O governo considera que seria um “erro” reagir antes.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/07/2025

‘SOBERANIA NACIONAL É INEGOCIÁVEL’, DIZ FIESP, APESAR DE RECONHECER ‘IMPACTO NEGATIVO DAS TARIFAS’

Federação das Indústrias de São Paulo diz que, quando razões não econômicas são usadas na ‘quebra do regramento comercial’, é importante reafirmar soberania e pede que diplomacia prevaleça
Por Eduardo Laguna (Broadcast)

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defendeu em nota que a soberania do Brasil é inegociável, apesar do impacto que a tarifa de 50%, anunciada na quarta-feira, 9, pelo governo americano, terá sobre as exportações brasileiras.

“Apesar do impacto negativo para a indústria brasileira da elevação de tarifas unilateralmente pelos EUA, entendemos que a soberania nacional é inegociável. Este é um princípio balizador”, afirma a entidade em nota assinada por seu presidente, Josué Gomes da Silva.



Segundo a Fiesp, quando razões não econômicas são usadas para justificar a quebra do regramento comercial e do direito internacional, é importante reafirmar que o Brasil, assim como os Estados Unidos, é uma nação soberana.

Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp, assina nota em que a entidade critica o tarifaço de Trump contra o Brasil Foto: Werther Santana/Estadão

A entidade da indústria paulista lembra que os Estados Unidos têm “relevante superávit” com o Brasil não só na balança comercial, mas também na balança de serviços, onde o saldo a favor dos americanos é ainda maior.

A Fiesp conclui a nota manifestando a expectativa de que a diplomacia e as negociações equilibradas prevaleçam, e que o bom senso volte a nortear a relação entre EUA e Brasil, a despeito de ideologias e preferências pessoais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/07/2025

QUAIS AS EMPRESAS DO BRASIL MAIS AFETADAS PELAS TARIFAS DE TRUMP; VEJA LISTA

Segundo levantamento da XP, Embraer e Suzano devem ser as mais impactadas

Por Vinícius Novais, Elisa Calmon (Broadcast), Talita Nascimento (Broadcast) e Ludmylla Rocha (Broadcast)



A tarifa de 50% para produtos brasileiros imposta por Donald Trump vai impactar grandes empresas, como Embraer, Suzano, Tupy, Weg e Minerva. De acordo com cálculos da XP, a Embraer será a mais impactada, já que aproximadamente 23% de sua receita vem das exportações para os Estados Unidos.

Embraer será a empresa mais impactada pelas tarifas de Trump, segundo cálculos da XP Foto: Embraer/Divulgação

Em seguida estão Suzano, com 16,6% das receitas em exportações para o mercado americano; Tupy, 13,9%; Jales, 11%; Fraslle, 10,8%; e Weg, 9,1%.

Impactos da tarifa de Trump a empresas brasileiras

Embraer e Suzano devem ser as empresas mais impactadas pela tarifa de 50% dos EUA

Companhia	Setor	Estimativa de % da Receita Proveniente de Exportações para os EUA	
1	Embraer	Bens de Capital	23,8
2	Suzano	Papel e Celulose	16,6
3	Tupy	Bens de Capital	13,9
4	Jalles Machado	Alimentos e Bebidas	11
5	Frasle Mobility	Bens de Capital	10,8
6	Weg	Bens de Capital	9,1
7	Minerva	Alimentos e Bebidas	8 a 15
8	Randoncorp	Bens de Capital	6,4
9	Cosan	Óleo, Gás e Petroquímicos	6
10	Itaúpe-Maxion	Bens de Capital	5,4
11	Alpargatas	Varejo	4
12	CSN	Mineração e Siderurgia	4
13	Petrobras	Óleo, Gás e Petroquímicos	4
14	Unipar	Óleo, Gás e Petroquímicos	4
15	CBA	Mineração e Siderurgia	3,2
16	Azzas 2154	Varejo	3,4
17	Vale	Mineração e Siderurgia	2,8
18	Usiminas	Mineração e Siderurgia	2,2
19	Klabin	Papel e Celulose	1,8
20	Braskem	Óleo, Gás e Petroquímicos	<1

Fonte: XP/Rafael Purlanetti

dezembro de 2025, o que representa cerca de 25% da estimativa de lucro operacional da fabricante para este ano.

A Embraer informou, em nota, que está avaliando os possíveis impactos em seus negócios da possibilidade de aumento de tarifa pelo governo americano, caso o decreto se aplique à indústria de aviação no Brasil. A companhia disse ainda que o tema será abordado na teleconferência resultados do segundo trimestre, marcada para 5 de agosto. “A empresa está trabalhando com as autoridades competentes visando restabelecer a alíquota zero dos impostos de importação para o setor aeronáutico”, complementou a fabricante de aeronaves.

Com cerca de 60% da sua receita atrelada ao mercado norte-americano, a Embraer é considerada por analistas uma das mais expostas. Os temores vêm pressionando o papel da companhia, que recuam desde quarta.

O Itaú BBA prevê impacto de US\$ 150 milhões no Ebit da empresa entre agosto e

Segundo a equipe do Itaú BBA, uma tarifa de 50% poderia gerar um aumento de 25% no preço para os clientes, “potencialmente implicando em adiamento de entregas ou cancelamentos de pedidos”.

Produção redirecionada

No caso da Suzano, segunda maior afetada, a exposição ao mercado americano é grande demais para ser facilmente redirecionada para outras regiões e “exigiria um esforço comercial e logístico significativo, bem como uma pressão potencial sobre os preços no processo”.

Segundo os analistas do Goldman Sachs, Marcio Farid, Henrique Marques e Emerson Vieira, além da exposição maior ao país norte-americano, que dificulta o redirecionamento, o entendimento é de que a empresa tem contratos de longo prazo com grandes compradores na região que também não poderiam ser facilmente alterados devido aos requisitos de especificações de qualidade.

Outra empresa que deverá sofrer com as tarifas é a Weg. O UBS considerou negativo para a empresa as tarifas de 50% que os Estados Unidos impôs aos produtos brasileiros. Os analistas Alberto Valerio, Andressa Varotto e Rafael Simonetti destacam uma tarifa recíproca de 10% pode ter um impacto negativo de 0,7 pontos percentuais na margem da companhia, o que representa uma queda de 3% no lucro líquido da Weg.

Em breve comentário, a Weg afirmou que o cenário relacionado à taxa dos Estados Unidos ainda é marcado por incertezas e que, por isso, optou por não comentar o tema num primeiro momento. “Seguiremos acompanhando os desdobramentos e comunicaremos de forma precisa assim que houver maior clareza sobre o tema”, informou a Weg ao ser questionada sobre o assunto.

No setor de petróleo, a XP avalia que o impacto das sobretaxas pode ser amenizado com o desvio dos embarques para outros destinos. “O Brasil também importa produtos de petróleo refinado, gás natural e produtos químicos dos EUA, o que pode ter um impacto se o Brasil decidir retaliar”, dizem os analistas Fernando Ferreira, Felipe Veiga, Júlia Aquino e Lucas Rosa.

Impacto

Produtos afetados pela tarifa dos EUA

Maior impacto será para produtos do setor petrolífero

	Produtos	Proporção do total (%)
1	Petróleo, produtos petrolíferos e matérias relacionadas	18,85
2	Ferro e aço	14,73
3	Outros materiais de transporte	6,85
4	Café, chá, cacau, especiarias, etc. e respectivos produtos	5,48
5	Máquinas e aparelhos especializados para determinadas indústrias	4,34
6	Celulose e resíduos de papel	4,18
7	Carne e preparações de carne	3,5
8	Vegetais e frutas	3,47
9	Máquinas e equipamentos de geração de energia	3,29
10	Minerais não metálicos	2,48

Source: XP/Rafael Furianetti

Os especialistas destacam que a maior parte das exportações do País é formada por commodities que, em sua visão, podem ser redirecionadas a outros mercados. Os principais itens são: petróleo bruto e refinado, com 18,8%; produtos de ferro e aço, 14,7%; e equipamentos de transporte, 6,8%.

Nas importações, os EUA aparecem como o segundo maior parceiro, respondendo por 15% do total comprado. Os produtos mais relevantes são equipamentos de geração de energia, seguidos de derivados de petróleo, plásticos, gás

natural, veículos e químicos.

Os analistas sublinham ainda que é preciso acompanhar os efeitos macroeconômicos sobre o câmbio, o investimento estrangeiro direto (IED) e a inflação. “Os impactos indiretos relevantes serão na moeda, nas expectativas de inflação, especialmente se o Brasil retaliar”, concluem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/07/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

DEMURRAGE: O QUE A DECISÃO DO STJ MUDA?

Questões como greves da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos intervenientes do comércio exterior passam a contribuir com o argumento dos importadores

Por Bruno Felipe Ferreira e Mariane Ferri

A recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), consolidando o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), estabelece um novo paradigma para a cobrança de demurrage no Brasil. Esta mudança tem impactos significativos para importadores e exportadores, aliviando um dos entraves logísticos mais onerosos do setor.

A demurrage é uma indenização previamente estipulada pelo descumprimento contratual na devolução dos contêineres, cobrindo os prejuízos do armador (proprietário do contêiner) decorrentes da retenção indevida além do prazo contratado, conhecido como "free time". Sua cobrança não exige comprovação de culpa pelo atraso; basta a simples não entrega no prazo acordado para a obrigação de indenizar ser configurada, ou seja, não se trata de penalidade, mas de indenização.

A regulação do setor está disposta na Resolução Normativa 18/2017 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), que estabelece regras para a cobrança de sobre-estadia dos contêineres. O artigo 21, §2º, prevê que a contagem do prazo de livre estadia do contêiner será suspensa em casos de fato imputável diretamente ao transportador marítimo, ao proprietário do contêiner ou ao depot, ou, ainda, em caso fortuito ou de força maior.

Isso significa que, se um evento além do controle do importador impedir a devolução do contêiner dentro do prazo contratado, a cobrança da demurrage não deve ocorrer. No entanto, embora eventos além do controle do importador possam justificar a não cobrança de demurrage, há situações em que os tribunais entendem que fazem parte dos riscos inerentes à atividade empresarial, não configurando força maior, dentre eles, destacam-se, greves, condições climáticas adversas, problemas operacionais nos portos, como ausência de janelas de entrega, etc.

Uma grande dor do setor é que as cargas estão sujeitas à retenção pela Receita Federal, que, geralmente, não considera a contagem de free time e a possibilidade de gerar ônus ao importador. Até então, as retenções eram consideradas risco inerente à atividade, o que não afastava a cobrança de demurrage.

No entanto, recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) se posicionou no sentido de que a retenção de contêineres pela Receita Federal, quando além do controle do importador, constitui hipótese de força maior, afastando a cobrança de demurrage nesses casos. Esse entendimento foi posteriormente consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial n.º 1.340.041-SP, conferindo maior segurança jurídica ao tema.

A decisão do STJ reforça que, quando a retenção do contêiner ocorre por ação de autoridade fiscal, configurando um evento alheio à vontade do importador é caracterizado como força maior, a cobrança de demurrage é ilegítima. Dessa forma, a responsabilidade pelo atraso na devolução do contêiner não pode ser imputada ao importador quando este não tem controle sobre o evento que causou o atraso.

A decisão representa um avanço regulatório significativo ao reduzir a incerteza jurídica e os custos operacionais do comércio exterior no Brasil. Empresas que antes eram penalizadas financeiramente



por atrasos causados pela Receita Federal agora têm um respaldo jurídico para contestar tais cobranças.

Para os armadores e agentes de transporte marítimo, a decisão exige uma reavaliação dos modelos contratuais, especialmente na previsão de exceções à cobrança de demurrage.

Diante da consolidação do entendimento jurisprudencial, as empresas podem adotar medidas estratégicas para evitar a judicialização da questão e obter a suspensão ou cancelamento da cobrança de demurrage indevida. O primeiro passo é avaliar a aplicabilidade da exceção de força maior à situação concreta, reunindo documentos que comprovem que a retenção do contêiner decorreu sem qualquer ingerência/previsibilidade do importador.

Neste cenário, questões como greves da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos intervenientes do comércio exterior contribuem com o argumento dos importadores, somando como fatores de riscos inesperados que aumentam desproporcionalmente o prazo para a retirada das mercadorias dos contêineres, o que é chamado popularmente como “desova” do contêiner.

Com base nisso, a empresa deve adotar uma abordagem estratégica. Uma comunicação imediata com o armador e o agente de carga, notificando formalmente as partes envolvidas sobre a retenção do contêiner e solicitando a suspensão da contagem do prazo de demurrage, amparando-se nos precedentes do STJ. Em seguida, deve-se buscar negociação, explorando soluções extrajudiciais diretamente com os armadores e agentes de carga. O respaldo em decisões judiciais recentes somado aos fatores externos, como as paralisações dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, fortalecem a argumentação de que a cobrança não se justifica diante da caracterização de força maior.

A definição dessa situação como força maior é um passo essencial para a previsibilidade e a equidade nas relações comerciais, beneficiando principalmente os importadores e exportadores nacionais. Além disso, a adoção de estratégias negociais robustas pode evitar custos desnecessários com judicialização, permitindo a resolução eficiente de disputas e a preservação de boas relações comerciais no setor de transporte marítimo.

Bruno Felipe Ferreira e Mariane Ferri são, respectivamente, líder da área Aduaneira Contenciosa do Finocchio & Ustra Advogados; e líder da área de Negociação Estratégica do Finocchio & Ustra Sociedade de Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/07/2025

MERCADANTE CRITICA TAXAÇÃO DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS

Presidente do BNDES defende diálogo com governo e Congresso

Por Victoria Netto e Paula Martini — Do Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, criticou ontem a possibilidade de encarecimento das debêntures de infraestrutura. Ele afirmou que procura diálogo com o Congresso Nacional e com o governo federal para tratar do tema.

O comentário vem na esteira do aumento da tributação de debêntures de infraestrutura de 15% para 25%. A elevação foi incluída na Medida Provisória apresentada pelo Ministério da Fazenda como alternativa à derrubada do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso. A MP é defendida como tentativa de ajustar o orçamento, mas virou ponto de tensão no governo Lula.



“Eu quero dialogar com o Congresso e o governo, não podemos encarecer as debêntures”, disse Mercadante na abertura do evento “A Transição Energética e a Sustentabilidade do Futuro”, na sede do banco, no Rio. As debêntures incentivadas são usadas para financiar projetos de infraestrutura.

O aumento da tributação sobre debêntures incentivadas suscitaram preocupação no setor de infraestrutura, em especial em empresas que ganharam concessões há pouco tempo, como mostrou o Valor recentemente.

Debêntures incentivadas são títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos de infraestrutura, com benefícios fiscais, como isenção ou redução do Imposto de Renda para os investidores. Com a perda do incentivo tributário, o custo financeiro das debêntures vai aumentar. O BNDES informou ter subscrito R\$ 364,5 milhões em debêntures até o primeiro trimestre de 2025.

“As debêntures precisam continuar como estão, inclusive os compromissos que assumimos, porque precisamos manter a indústria da construção civil. Portos, aeroportos, estradas e rodovias dependem da capacidade de financiamento que a gente desenhou e têm dado um grande salto”, completou o executivo.

Quero dialogar com governo e Congresso, não pode encarecer as debêntures” — Aloizio Mercadante

Segundo Mercadante, a estrutura de financiamento desenhada pelo banco de fomento não sobrecarrega o balanço das empresas. Ele citou o financiamento que o BNDES fez para a modernização da Via Dutra: “Qual é a garantia dos R\$ 12 bilhões que o BNDES estruturou? É o pedágio da Dutra.”

Mercadante afirmou ainda que o banco quer “alavancar investimentos” na área de minerais críticos. “O Brasil é o segundo território em terras raras, atrás da China. Mas não podemos ser simplesmente exportadores de minerais críticos”, afirmou.

O presidente do BNDES também destacou que a instituição conta com dois instrumentos fundamentais para estimular os investimentos: o Fundo Clima e a TR (taxa referencial), que oferecem taxas reduzidas para determinados tipos de projetos. O Fundo Clima privilegia ações voltadas para a descarbonização e a transição energética e a TR é voltada para projetos que promovem a inovação.

Mercadante também destacou a atuação do Brics, grupo que reúne 11 países em desenvolvimento, em um momento de “crise global de grandes proporções”. “O Brics é a vanguarda do Sul Global”, declarou. A 17ª Cúpula de Líderes do Brics ocorreu domingo (6) e segunda-feira (7), no Rio.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/07/2025

MAIOR PORTO EUROPEU SE PREPARA PARA GUERRA

Roterdã começa a reservar espaço para navios da Otan e a planejar exercícios militares
Por Andy Bounds — Financial Times, de Roterdã

O maior porto do Europa está se preparando para um possível conflito contra a Rússia e começou a reservar espaço para navios com suprimentos militares e a planejar para onde poderia desviar carregamentos no caso de eclosão de uma guerra.

O executivo-chefe da Autoridade do Porto de Roterdã (Holanda), Boudewijn Siemons, está coordenando com a vizinha Antuérpia (Bélgica) o que fazer caso precise receber veículos e mantimentos do Reino Unido, EUA e Canadá.

“Nem todo terminal está apto a receber cargas militares”, disse em entrevista. “Se grandes volumes de materiais militares precisarem ser embarcados, recorreremos à Antuérpia e outros portos para assumirem certa capacidade e vice-versa. Nós nos vemos cada vez menos como competidores. É claro, competimos no que precisamos competir, mas trabalhamos juntos no que podemos.”

As medidas de Roterdã são parte de uma onda de preparativos pelo continente. A União Europeia elabora um plano de rearmamento de até € 800 bilhões dentro de seus esforços para tornar-se mais autossuficiente na área de defesa, em resposta às exigências do presidente dos EUA, Donald Trump, e para dissuadir uma agressão russa, com a invasão da Ucrânia em grande escala por Vladimir Putin se aproximando de seu quarto ano.

A Holanda, ao lado de seus aliados na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental), prometeu aumentar os gastos militares para 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em maio, o Ministério da Defesa da Holanda anunciou que Roterdã precisaria ter espaço para receber navios com cargas militares a pedido da Otan.

De acordo com Siemons, uma ou mais embarcações ficariam atracadas no cais por várias semanas, quatro ou cinco vezes por ano, embora os locais possam variar. O único lugar no porto Roterdã onde é possível transferir munições de um navio a outro com segurança é em seu terminal de contêineres. Também haverá exercícios militares anfíbios várias vezes por ano.

O porto já recebeu armamentos no passado e teve, por exemplo, um aumento no volume durante a Guerra do Golfo a partir de 2003. No entanto, mesmo no auge da Guerra Fria, nunca teve um cais dedicado para fins militares.

O porto de Antuérpia recebe regularmente suprimentos para as tropas dos EUA localizadas na Europa. Em junho, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, alertou os membros da aliança para a possibilidade de que a Rússia ataque um deles até 2030.

Roterdã se estende por 42 km ao longo do rio Mosa, na Holanda. Movimenta cerca de 436 milhões de toneladas de carga por ano, recebendo 28 mil navios por mar e 91 mil por rio, provenientes da Alemanha e do interior da Europa. O porto perdeu cerca de 8% de seu comércio, principalmente petróleo, após as sanções da UE à Rússia.

Antuérpia, o segundo maior porto da UE, movimenta 240 milhões de toneladas de carga por ano.

Siemons disse que os dois portos também trabalham em conjunto para melhorar a autossuficiência da Europa. “Nossas equipes estão trabalhando cada vez mais próximas em vários assuntos, incluindo o da resiliência.”

A covid-19, que deixou países europeus às voltas para conseguir equipamentos de proteção e medicamentos, expôs como eles são dependentes de poucos fornecedores, como China e Índia. A redução repentina no fluxo de petróleo russo após a invasão da Ucrânia foi outra lição, segundo Siemons. Ele defende que os países europeus façam estoques de suprimentos essenciais, como já fazem com petróleo.

A UE determinou que os países-membros mantivessem uma reserva estratégica de 90 dias de petróleo após o choque do petróleo de 1973, quando países árabes reduziram a produção para pressionar o Ocidente durante o conflito com Israel. “Deveríamos fazer o mesmo com coisas como cobre, lítio, grafite e outros materiais críticos”, disse Siemons.

“Temos isso no petróleo, ainda não temos no gás e, é claro, que temos alguns campos de gás na Europa que podem suprir essa necessidade, mas deveríamos olhar para um espectro mais amplo de resiliência estratégica também em produtos farmacêuticos e para onde você os armazena. E qual é sua resiliência enquanto sociedade? Isso está se tornando cada vez mais importante à medida que o mundo se torna mais e mais volátil.”

De acordo com Siemens, áreas próximas a portos, que têm boas redes de distribuição, seriam adequadas para armazenar esses estoques. Parte da reserva estratégica de petróleo da Holanda está localizada em Roterdã.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/07/2025

PAÍS PRECISA INVESTIR MAIS EM RODOVIA E FERROVIA

Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 prevê aumentar participação da infraestrutura na economia
Por Alessandra Saraiva e Sofia Aguiar — Do Rio e Brasília



Elisangela Lopes (esq.), Valter Souza, Davi Barreto, Marco Aurélio Barcelos, Paulo Resende, Jorge Bastos em debate mediado por Lu Aiko e Thais Hirata — Foto: Wenderson Araujo/Valor

O fortalecimento da infraestrutura no Brasil depende da superação de obstáculos de curto e longo prazos. Os desafios vão da necessidade de renovação de vagões ferroviários e de novas linhas de crédito até estratégias para lidar com efeitos da reforma

tributária. Esse foi o entendimento de especialistas da série de debates “Logística no Brasil”, promovida pelo Valor, com oferecimento da Infra S.A. e do Ministério dos Transportes.

No evento, realizado em Brasília nesta quarta-feira (9), os participantes destacaram linhas de ação para o desenvolvimento do setor. O foco, indicaram, deve recair nos setores ferroviário, rodoviário e de armazenagem. Nas rodovias e no segmento de estocagem, a infraestrutura brasileira não tem conseguido acompanhar o ritmo da produção agrícola. O alerta foi de Elisangela Pereira Lopes, assessora técnica de logística e infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A safra de grãos já atinge 336 milhões de toneladas, disse Lopes. “No escoamento, o principal gargalo são caminhos da fazenda até portos”, afirmou. E acrescentou: “E também há a questão das estradas, especialmente as vicinais, que não são consideradas em nenhum plano de governo.” Ela prosseguiu: “E, em grãos, só conseguimos armazenar 63% de tudo que produzimos.” A técnica da CNA defendeu ainda a oferta de linhas de crédito, específicas e atrativas, para construção de mais silos de armazenagem, principalmente dentro de estabelecimentos produtores.

Uma expansão mais ágil da malha ferroviária também permitiria escoar um volume maior de produção agrícola e outros fluxos de produção, disse Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). “O setor ferroviário cresce a 2%, 3% por ano, o agropecuário cresce a 5%, 6%, 7%”, comentou. Para que o setor ferroviário cresça de forma mais veloz, Barreto defendeu a união do poder público e da iniciativa privada para alocar mais investimentos nesse modal. O investimento público no campo ferroviário deve ser entendido, pelo poder público, como estratégico para desenvolvimento do país, defendeu.

Outro desafio no segmento ferroviário é a necessidade de renovação de vagões, acrescentou Paulo Resende, diretor do núcleo de infraestrutura e logística da Fundação Dom Cabral. Segundo ele, 50% da atual frota brasileira de vagões têm mais de 30 anos. “Não temos a menor capacidade de produção de vagões da maneira que precisamos, e todos nossos trilhos são importados”, acrescentou. Esse cenário, continuou Resende, contribuiu para que o valor dos ativos de infraestrutura brasileiros caísse de 22% para 12% do PIB em dez anos.

Aumentar importância da infraestrutura na economia é uma das vertentes do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, lançado ano passado, informou Jorge Bastos, presidente da Infra S.A., empresa pública federal, vinculada ao Ministério dos Transportes.

O executivo da Infra S.A. destacou a importância de conversas contínuas sobre o PNL entre ministérios, iniciativa privada e sociedade em geral. Esse diálogo, explicou, é essencial para a coleta de sugestões e para identificar gargalos, de modo que possam ser, depois, solucionados. Também no debate, Valter Luís de Souza, diretor de relações institucionais da Confederação Nacional do Transporte (CNT), concordou com a importância de se debater o PNL com o setor privado e a sociedade.

A iniciativa privada ainda tem que lidar com outros desafios, de curto prazo, disse Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR). Um deles é o novo regramento da reforma tributária no que concerne ao reequilíbrio de contratos de concessão rodoviária. Outro desafio de curto prazo citado por Barcelos é a possível taxação de debêntures de infraestrutura, proposta pelo governo. Sobre o tema, Barcelos afirmou que “não se pode colocar ‘quebra mola na pista do aeroporto’”, envolvendo projetos que vão avançar. Segundo ele, a entidade já pediu ao governo que não incida alíquota em contratos de emissões de debêntures já firmados.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/07/2025

AGENDA LOGÍSTICA DEVE SER DE LONGO PRAZO

Evento do ‘Valor’ em Brasília inaugura série de debates sobre desenvolvimento da infraestrutura
Por Sofia Aguiar e Alessandra Saraiva — De Brasília e Rio



Renan Filho, ministro dos Transportes: expectativa é realizar 35 novos leilões de rodovias até o fim de 2026 — Foto: Wenderson Araujo/Valor

Os ministros dos Transportes, Renan Filho, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, defenderam nesta quarta-feira (9), em evento promovido pelo Valor, um compromisso de longo prazo do governo federal para fortalecer a infraestrutura do país. Os titulares das duas pastas enfatizaram a importância de se estabelecer uma agenda de logística como forma de promover o desenvolvimento econômico nacional.

Renan Filho informou que o governo tem a expectativa de realizar 35 novos leilões de rodovias até o fim de 2026. Costa Filho anunciou, por sua vez, que pretende apresentar, em agosto, uma agenda logística e de planejamento estratégico para os próximos cinco anos no Brasil. Segundo ele, independentemente de quem seja o presidente ou o ministro responsável pela pasta, é preciso sinalizar uma agenda logística para o país.



As declarações foram dadas no evento “Logística no Brasil”, realizado nesta quarta-feira, em Brasília, promovido pelo Valor, com oferecimento da Infra S. A. e do Ministério dos Transportes, em Brasília. Foi primeiro de uma série de encontros em diversas capitais do Brasil para discutir, de forma regionalizada, os principais temas relacionados ao cenário de logística e infraestrutura do país.

Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos: agenda logística e de planejamento estratégico para

os próximos cinco anos — Foto: Wenderson Araujo/Valor

O ministro dos Transportes afirmou que há quatro principais desafios na infraestrutura brasileira. Citou a construção de um plano nacional para o desenvolvimento logístico que dialogue com a realidade do país. Mencionou também a importância de se estabelecer um diálogo com a sociedade e entidades representativas do setor e a necessidade de estimular bons projetos. Por fim, disse que todos esses fatores dependem da atração de investimentos como forma de melhorar a infraestrutura.

“Quando você [o país] investe recursos em projeto ruim, significa que o caminho está errado. Mas se você [o Brasil] escolhe bom projeto e amplia volume de recursos, melhora mais rapidamente a infraestrutura”, disse Renan Filho. Historicamente, especialistas consideram que um primeiro passo é ter bons projetos de engenharia.

De acordo com Renan Filho, o Plano Nacional de Logística (PNL) é um instrumento importante nessa direção. O PNL é uma ferramenta para planejar, a longo prazo, a infraestrutura brasileira. Segundo o ministro, antes os projetos de infraestrutura não levavam em conta a realidade nacional. Renan Filho diz que o governo se vale, por exemplo, de conhecimento fiscal para ter mais informações sobre a quantidade de carga no país. O PNL não é, porém, uma ideia nova. A iniciativa existia em governos anteriores e vem sendo aprimorada.

Em busca de novos recursos e investimentos, em um cenário de dificuldades fiscais pelas quais passa o país, os ministros também reconheceram a importância do equilíbrio das contas públicas e saíram em defesa do titular do Ministério da Fazenda, Fernando Haddad. O chefe de Portos e Aeroportos reafirmou apoio da gestão a Haddad e disse que o ministro da Fazenda é um homem com “espírito público e responsabilidade fiscal”.

Costa Filho afirmou estar confiante no Brasil e na condução do governo. “Quem estiver apostando que o Brasil vai dar errado, vai errar”, disse. Na visão dele, o Brasil está cometendo “injustiças” contra o titular da Fazenda. “O debate da agenda fiscal é fundamental, é prioridade”, afirmou o ministro.

Governo usa conhecimento fiscal para ter mais informações sobre a carga movimentada no país

Renan Filho, por sua vez, elogiou os investimentos feitos pelo governo Lula 3 no setor de infraestrutura e renovou comparações com a gestão anterior, de Jair Bolsonaro. De acordo com o ministro, dizer que a atual gestão federal investe mais em infraestrutura do que as gestões anteriores não é parte do discurso “nós contra eles”, mas, sim, uma comparação de projetos. O mote citado pelo ministro foi adotado pelo governo, após a crise com o Congresso nas discussões do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em uma tentativa de reverter a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar de defender o equilíbrio fiscal e a pauta econômica do governo, Renan Filho afirmou que vai se posicionar a favor da isenção para alguns segmentos do setor privado que investirem em infraestrutura via debêntures incentivadas. Esses títulos sofreram aumento de tributação na Medida Provisória que buscou compensar perdas com o IOF.

As debêntures de infraestrutura são títulos de crédito emitidos por empresas e que podem ser subscritas por investidores pessoas físicas e jurídicas. A taxaço desse título pela MP criou preocupação de empresas do setor que ganharam concessões recentemente. Isso porque a medida prevê o aumento do Imposto de Renda sobre esses papéis.

Renan Filho afirmou que ainda vai conversar com ministros da Esplanada sobre o tema. De acordo com ele, há espaço para debater o assunto também com o Ministério da Fazenda.



AGÊNCIA BRASIL - DF

CENTRAIS SINDICAIS MANIFESTAM-SE CONTRA TARIFAÇO IMPOSTO POR TRUMP

Medida remete à participação americana no golpe de 64, dizem entidades

Por Flávia Albuquerque – Repórter da Agência Brasil



Centrais sindicais brasileiras manifestaram-se nesta quinta-feira (10) contra o tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, anunciado pelo governo dos Estados Unidos (EUA).

Para as oito centrais que assinam o manifesto, a medida é intempestiva e remete à memória da participação dos EUA no golpe de 1964 e não passa de “uma reação hostil às decisões do Supremo Tribunal Federal envolvendo empresas norte-americanas que atuam no Brasil, além de ser um conluio com o bolsonarismo, que insiste em alimentar polarizações e estimular grupos de extrema-direita a traírem os interesses nacionais”.

Na quarta-feira (9), o presidente dos EUA, Donald Trump, enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciando a imposição de uma tarifa de 50% sobre todas as exportações brasileiras ao país norte-americano, a partir do dia 1º de agosto. No documento, Trump justifica a medida citando o ex-presidente Jair Bolsonaro, que é réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado.

Segundo as centrais sindicais, um aumento abrupto de 50% nas tarifas sobre as exportações ameaça diretamente a indústria e o agronegócio, além de diversos setores produtivos, com risco real de demissões em massa, fechamento de empresas e agravamento do desemprego. A medida também tende a encarecer o custo da produção, pressionando a inflação e elevando o custo de vida e traz o risco de instabilidade cambial.

“Diante desse ataque à nossa soberania, apoiamos a resposta firme e altiva do governo federal, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e saudamos a recente aprovação da Lei da Reciprocidade Econômica. O governo deve utilizar todos os instrumentos legais para proteger nossa economia e o povo brasileiro. É também necessário exigir a cassação do mandato do deputado federal Eduardo Bolsonaro que, mesmo abrigado no exterior e recebendo salários pagos pela população brasileira, agiu como um verdadeiro agente estrangeiro ao fomentar sanções contra o próprio país. Isso configura crime de lesa-pátria”, acrescentam as representações sindicais.

Para as centrais, o Brasil deve preservar e fortalecer suas relações internacionais, buscando uma solução pacífica, multilateral e justa. “Confiamos que o governo saberá equilibrar firmeza e diplomacia para impedir a escalada de uma crise. Reafirmamos, por fim, nosso compromisso inegociável com a soberania nacional, com a legitimidade das instituições democráticas e com os direitos da classe trabalhadora”, diz ainda o manifesto.

Assinam o documento a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora e a Central do Servidor.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

'TARIFAÇO' TRAZ RISCO MAIOR PARA PEQUENOS E MÉDIOS EXPORTADORES, APONTAM ANALISTAS

Por Nelson Moreira Portos e logística 10/07/2025 - 18:51



Uma das avaliações é que empresas exportadoras precisarão buscar assessoramento jurídico para análise dos potenciais impactos. Alta de 50% nas tarifas impostas pelos EUA podem inviabilizar transações comerciais de empresas brasileiras

Especialistas que trabalham no assessoramento a empresas consultados pela Portos e Navios concordaram que, se as tarifas de 50% para produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos forem adotadas a partir de agosto, como anunciou o presidente norte-americano, Donald Trump, os pequenos e médios exportadores serão

os mais prejudicados. A advogada Tania Laredo, gerente sênior da área aduaneira do escritório Gaia Silva Gaede, disse não ter dúvida que, se o aumento for mantido, o Brasil deve responder através de medidas baseadas na Lei de Reciprocidade Econômica, o que pode inclusive levar a uma guerra comercial entre os dois países.

Ela sugeriu que as empresas exportadoras busquem assessoramento jurídico para análise, caso a caso, dos impactos e riscos que sofrerão. Tania disse ainda que as tarifas podem inviabilizar transações comerciais de pequenos ou médios exportadores, que podem ver o custo da exportação superar o ganho que se teria com a operação. “É evidente que isso impactará mercado nacional, na questão produtiva e na questão dos empregos gerados as exportações”, comentou.

Felipe Molina Costa, advogado e especialista em Direito Societário e Tributário do Grupo Nimbus, considera que a decisão de Trump tem nítido caráter político, com uso da política comercial como instrumento de pressão ideológica. Para ele, o Brasil precisa responder com firmeza, mas com estratégia, fortalecendo sua interlocução multilateral e diversificando parcerias comerciais para reduzir vulnerabilidades externas, buscar respaldo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e fortalecer acordos com parceiros como União Europeia e China. “A soberania institucional brasileira não pode ser condicionada a interesses eleitorais estrangeiros”, analisou.

Molina Costa avalia que setores como o agronegócio, especialmente exportadores de café, suco de laranja e carne bovina, podem perder competitividade imediata no mercado norte-americano. Além disso, ele acredita que a medida tende a afetar o câmbio, pressionar os custos internos e gerar insegurança jurídica para investidores.

Fabricio Pasquot, sócio do LO Baptista, é outro que vê os pequenos e médios exportadores como os mais expostos a riscos. Ele explicou que esses setores operam com margens estreitas e poucos canais de comercialização no exterior e não dispõem de departamentos jurídicos ou áreas técnicas capazes de responder rapidamente. “Contratos de fornecimento com cláusulas em dólar, acordos logísticos com prazos rígidos e entregas programadas para os próximos trimestres correm risco de inadimplemento ou inviabilidade econômica”, alertou.

Pasquot lembrou que pequenos e médios exportadores vinham ampliando sua presença nos EUA graças à queda de concorrência local, especialmente no setor de produtos manufaturados menos

tecnológicos, alimentos e bebidas. “Agora, esses agentes podem enfrentar difícil tarefa de renegociar condições comerciais ou buscar novos mercados sem preparo estrutural para isso”, afirmou.

“Os pequenos e médios exportadores estão em posição mais vulnerável. Sem áreas jurídicas ou comerciais especializadas, muitas vezes não conseguem acompanhar mudanças regulatórias nem reagir com agilidade”, assegura Eduardo Brasil, advogado e sócio do Fonseca Brasil. A recomendação dele é ter cautela e buscar orientação profissional desde já, para evitar decisões precipitadas ou mal fundamentadas.

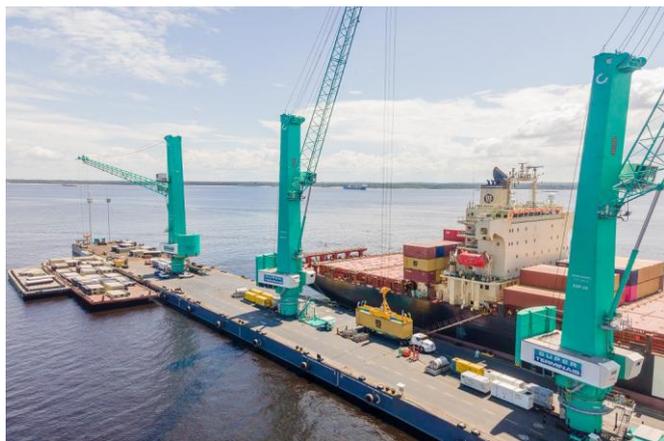
Segundo Eduardo Brasil, o principal conselho é manter a calma e agir com prudência porque o cenário pode mudar rapidamente, tanto para melhor quanto para pior. “Diante desse grau de incerteza, o melhor caminho é adotar uma postura preventiva e estratégica: mapear os riscos de acordo com o perfil das exportações, revisar contratos internacionais com atenção especial às cláusulas de risco político e variação tarifária, e acompanhar de perto os movimentos diplomáticos entre os Estados Unidos e o Brasil”, aconselhou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025

SUPER TERMINAIS ENCOMENDA MAIS 3 GUINDASTES PARA EXPANDIR OPERAÇÕES NO RIO AMAZONAS

Da Redação Portos e Logística 10/07/2025 - 16:04



A Super Terminais anunciou a encomenda de mais três guindastes de grande porte para ampliar a sua movimentação de cargas. Segundo a empresa, a encomenda é igual à que fez em 2021, quando comprou os três primeiros guindastes móveis portuários Konecranes GottwaldESP.10. Os guindastes Konecranes GottwaldESP.10 têm alcance de até 64 metros e curva de capacidade de elevação considerada robusta. Segundo a empresa, que opera o terminal em Manaus (AM), o desempenho na movimentação e a confiabilidade dos equipamentos em quatro anos deram a ela confiança para a nova aquisição.

Montados em pedestais, os equipamentos podem movimentar contêineres e carga geral em embarcações de até a classe Super-Post-Panamax. Segundo a Super Terminais, essas capacidades são necessárias para atender ao aumento de volumes de cargas e à de navios de grande porte. Além disso, os equipamentos podem ser conectados a uma fonte de alimentação em terra para minimizar as emissões de gases do efeito estufa.

O diretor da Super Terminais, Marcello Di Gregorio, explicou que a encomenda se justifica porque a região Amazônica está recebendo navios transportando cargas muito pesadas, e porque a economia da Zona Franca de Manaus está crescendo rapidamente. “Por isso que escolhemos novamente essas máquinas potentes, confiáveis e ecoeficientes da Konecranes, dobrando nossa capacidade de movimentação, mantendo as emissões sob controle e atendendo às demandas de nossos clientes”, afirmou.

Os guindastes são projetados para operar em condições difíceis, como alta umidade, calor extremo e em um píer flutuante. Alfredo Cañibano Ramos, gerente regional de vendas da Konecranes, classificou os equipamentos como uma solução sob medida para as necessidades operacionais na região da Amazônia.

Porta de entrada para a bacia do Alto Amazonas, o Porto de Manaus desempenha papel vital nos fluxos comerciais do norte do Brasil, e a Super Terminais opera no porto há mais de 25 anos. A decisão da empresa de investir em equipamentos adicionais da Konecranes reflete, segundo Di Gregorio, a confiança de ampliação da movimentação de cargas em Manaus. “A repetição de negócios é a maior validação da confiança”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA ATINGE 532 MILHÕES DE TONELADAS EM 5 MESES

Da Redação Portos e logística 10/07/2025 - 13:55



O volume de cargas movimentadas pelos portos brasileiros nos cinco primeiros meses do ano é o maior registrado na história. Dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) mostram que, de janeiro a maio, foram transportadas 532 milhões de toneladas, 0,8% a mais que o no mesmo período de 2024.

Segundo os números divulgados pela Antaq, houve recorde de movimentação de carga pelo terceiro mês consecutivo. Os registrados em maio, de 118,4 milhões de toneladas, foram os maiores da história para o mês e 7%

superiores aos de 2024. Nos portos públicos, o crescimento mais elevado foi o do Porto de Rio Grande (RS): 47%. Mas, nesse caso, o incremento reflete a retomada das operações após a redução provocada pelas enchentes no Rio Grande do Sul em maio de 2024.

Os dados do Estatístico Aquaviário da Antaq confirmam ainda o aumento contínuo da movimentação de cargas em contêineres pelos portos brasileiros. Os números dos cinco primeiros meses de 2025 foram 7% superiores aos do mesmo período de 2024, que registrara, ao longo do aumento, aumento de 20% de movimentação de carga containerizada em comparação com 2023.

O secretário nacional de portos, Alex Ávila, creditou o resultado dos cinco primeiros de 2025 ao aumento da produção agropecuária. Segundo ele, historicamente os melhores números da safra agrícola são registrados nos segundos semestres, mas desde 2024 tem sido verificado também aumento de movimentação dessas cargas em portos brasileiros já no início do ano.

O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) prevê que a tendência de crescimento será acelerada nos próximos anos como resultado da ampliação da capacidade dos portos brasileiros. E cita como exemplo o Tecon Santos 10, cujo leilão de concessão está previsto para ser realizado ainda este ano e, quando estiver operando, vai aumentar em 50% a movimentação de contêineres no terminal do litoral paulista, que é o maior do Brasil.

Além disso, informa o ministério, em setembro será realizado o leilão para concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, o que permitirá aumentar a capacidade do porto paranaense. Estão previstas medidas semelhantes para os portos de Itajaí, Santos, Bahia e Rio Grande. A expectativa é que as intervenções permitam a chegada de embarcações de maior porte e, conseqüentemente, incremento da movimentação de navios e de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/07/2025

PROJETOS DE APOIO FORAM DESTAQUE ENTRE NOVAS PRIORIDADES DO FMM

Por Danilo Oliveira Indústria naval 09/07/2025 - 21:31



RSVs e de PSVs previstos somam mais de R\$ 3 bilhões dos R\$ 7 bilhões aprovados na 59ª reunião do conselho diretor do fundo setorial, realizada na semana passada. CDFMM também aprovou mais de R\$ 1,5 bilhão para rebocadores portuários e embarcações fluviais

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante aprovou, na última semana, prioridade de financiamento para 98 projetos que somam aproximadamente R\$ 7 bilhões, sendo mais de R\$ 5 bilhões em recursos reservados para a construção, reparo e modernização de 70 embarcações. A novidade ficou por conta da prioridade de R\$ 1,1 bilhão para o projeto de concessão do canal de acesso aquaviário do Porto de Paranaguá (PR), que será o primeiro nesse modelo no setor portuário. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a segunda reunião ordinária do CDFMM em 2025 aprovou 59 projetos do segmento de apoio marítimo, 30 de apoio portuário e 7 de navegação interior.

Os novos supplies totalizam mais de R\$ 3 bilhões priorizados, enquanto projetos para construção de rebocadores portuários e de embarcações fluviais somaram mais de R\$ 1,5 bilhão entre novas destinações. Para a construção de novas embarcações, o maior valor das prioridades concedidas na 59ª reunião ordinária do CDFMM é de quase R\$ 2,5 bilhões referente à construção de quatro RSVs, embarcações especializadas em operações com equipamentos submarinos (ROVs). Cada uma dessas embarcações obteve prioridade de R\$ 606,1 milhões e tem previsão de construção no estaleiro Navship, em Itajaí (SC).

O Navship, que pertence ao grupo norte-americano Edison Chouest, também é o estaleiro previsto para construção de 2 PSVs 5.500 (transporte de suprimentos) que receberam prioridade de R\$ 740 milhões (R\$ 370 milhões por embarcação). Outro projeto do segmento de apoio marítimo a obter prioridade de financiamento foi o PSV 4.500, denominado 'Arlete', com R\$ 138,3 milhões priorizados e previsão de construção pelo Estaleiro Mauá (RJ).

Outros três estaleiros estão previstos para obras de projetos de apoio portuário que receberam prioridade na 59ª RO do CDFMM. Para o Detroit (SC), 3 rebocadores portuários azimutais com 70 toneladas de tração estática (TTE), cada uma com prioridade de R\$ 43,5 milhões, totalizando R\$ 130,5 milhões, além de outros R\$ 180,2 milhões (R\$ 60,7 milhões cada) para 3 rebocadores portuários azimutais de 80 TTE.

O estaleiro da Wilson Sons, no Guarujá (SP), deverá construir 3 rebocadores com 70 TTE e sistema de combate a incêndio (Fi-Fi), que totalizam R\$ 211,8 milhões priorizados (R\$ 70,6 milhões por unidade). A empresa também está prevista como construtor de 3 rebocadores de 80 TTE (Fi-Fi), com R\$ 247,5 milhões em prioridades (R\$ 82,5 milhões cada).

O conselho diretor reservou ainda recursos do FMM para a construção de 7 empurradores fluviais de 4.800 kW. O Belov (BA) deve ficar responsável por 4 dessas unidades, cada uma com prioridade de R\$ 100,7 milhões, que totalizam R\$ 402,8 milhões. Já o estaleiro da Wilson Sons ficará responsável pela construção dos outros 3 empurradores, com um total de R\$ 327,6 milhões priorizados — cada um com R\$ 109,2 milhões.

Estaleiro de reparos

O CDFMM também aprovou prioridade de R\$ 133,5 milhões para o projeto 'Farol de São Tomé', definido como estaleiro de reparos navais para a empresa OceanPact, a ser instalado no Porto do Açú (RJ), localizado em São João da Barra, no norte fluminense.

PECÉM REGISTRA AUMENTO DE 38% NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NO 1º SEMESTRE

Da Redação Portos e logística 09/07/2025 - 21:28



O Porto do Pecém (CE), parte do Complexo do Pecém, joint venture formada pelo governo do Ceará e pelo Porto de Roterdã, registrou crescimento de 38% na movimentação de contêineres nos primeiros seis meses de 2025. No total, o volume movimentado atingiu nesse segmento 3,9 milhões de toneladas, o equivalente a 325.456 TEUs, 10 milhões de toneladas a mais que em 2024.

O total de cargas que passaram pelo terminal cearense no semestre chegou a 9,9 milhões toneladas, com incremento de 10% em relação

aos resultados do ano passado. Segundo o balanço, os embarques somaram 3,7 milhões de toneladas, avanço de 11,6%, enquanto os desembarques totalizaram 5,9 milhões de toneladas, alta de 6,9%.

Os números do primeiro semestre de 2025 foram puxados pelo aumento no volume de cargas do longo curso, que cresceu 24% e chegou a 3,9 milhões de toneladas. No segmento de contêiner, o crescimento foi de 183%. As maiores movimentações foram de granel sólido (43%), carga solta (42%) e carga containerizada (15%).

Os principais produtos desembarcados em Pecém foram combustíveis minerais, ferro fundido e máquinas. Ferro fundido, minérios, sal e combustíveis minerais lideraram a lista dos produtos embarcados no porto cearense.

O Porto do Pecém é um terminal multicargas, que movimenta granéis sólidos, granéis líquidos, contêineres e cargas em geral e conta com 10 berços. Ele é considerado um hub portuário e opera sete linhas de cabotagem e quatro de longo curso.

O presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino, creditou os resultados à integração entre infraestrutura, eficiência operacional e diversificação da carga e à busca por novos projetos, novos mercados e novas linhas, como a da Ásia. Segundo Quintino, o porto cearense está se consolidando como plataforma logística relevante.

O diretor comercial do porto, André Magalhães, adiantou que há expectativa de bons resultados também no segundo semestre, citou o comércio com a Ásia como fator que sustenta o otimismo e informou que estão em desenvolvimento novos projetos para a exportação a partir de Pecém de cargas de algodão, carne, minerais e granito. "Tivemos excelente primeiro semestre, e a expectativa para o segundo não é diferente", disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/07/2025

CHINA APROVA FUSÃO DA CSSC E CSIC PARA CRIAR MAIOR CONSTRUTOR NAVAL DO MUNDO

Da Redação Indústria naval 09/07/2025 - 20:53

A Bolsa de Valores de Xangai aprovou a fusão da China State Shipbuilding Corporation (CSSC) e da China Shipbuilding Industry Corporation (CSIC), que resultará no maior conglomerado de construção naval do mundo. Pelo acordo, anunciado em 2024, a CSSC emitirá ações classe para os acionistas da CSIC. A transação é avaliada em US\$ 16 bilhões e representa mais da metade dos ativos totais de cada empresa.



Após fusão, a CSIC não terá mais ações na bolsa, e com a CSSC absorverá seus ativos, passivos, contratos e funcionários. De acordo com a empresa de análise marítima Alphaliner, a entidade combinada se tornará a maior construtora naval do mundo, com ativos de aproximadamente US\$ 56 bilhões.

A conclusão do acordo dá continuidade à consolidação do setor de construção naval da China após a fusão, em 2019, da China State Shipbuilding Corporation (CSSC) e da China Shipbuilding Industry Corporation (CSIC) no China State Shipbuilding Group, que controla

tanto a CSSC quanto a CSIC. Em 2024, as empresas combinadas garantiram 257 navios (28,61 milhões de toneladas de porte bruto), representando quase 17% dos pedidos globais, segundo dados da Clarksons.

Após a nova fusão, o China State Shipbuilding Group manterá aproximadamente 49% da participação da empresa combinada, que manterá o nome CSSC. Embora o comitê de fusões e aquisições da Bolsa de Valores de Xangai tenha aprovado a união, autorizações regulatórias adicionais terão que ser concedidas antes que a transação possa ser finalizada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/07/2025

TUPS PLANEJAM INJETAR MAIS R\$ 4,7 BILHÕES EM 6 ESTADOS

Por Nelson Moreira Portos e logística 09/07/2025 - 20:44



Dos nove projetos previstos, cinco são para novos terminais e quatro para expansão. Pará receberá maior montante de investimentos: R\$ 2,7 bilhões

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, nesta quarta-feira (9), investimentos de R\$ 4,7 bilhões para a implantação e ampliação de nove terminais de uso privado (TUPs) em seis estados. O anúncio foi feito em cerimônia para assinatura das autorizações, em Brasília. De acordo com o MPor, a previsão é que as obras comecem em 2025 e as operações a partir de 2026. A expectativa é que os empreendimentos gerem

mais de 10 mil empregos diretos e indiretos.

O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que os empreendimentos fazem parte da mudança da estrutura da logística nacional, ressaltando que o potencial logístico do Brasil é crescente, principalmente pelo fato de o país fazer parte de cadeias globais de exportação de alimentos, principalmente da Ásia, da Europa e América do Sul. "A nossa expectativa é de um crescimento médio entre 3% e 6% nos próximos anos", projetou.

Dos nove projetos, cinco são para novos terminais e quatro para expansão. O Pará receberá o maior montante de investimentos: R\$ 2,7 bilhões. O município de Barcarena receberá R\$ 2,37 bilhões para construção de um novo terminal e R\$ 261 milhões para aumentar a capacidade de outro já existente. Já para Itaituba serão destinados recursos para duas novas estruturas que visam a aumentar a capacidade de movimentação de graneis sólidos. Uma terá R\$ 68,1 milhões, e a outra, R\$ 13 milhões.

O Amapá terá R\$ 377 milhões para modernizar o terminal de Santana e atender à crescente demanda por graneis líquidos e sólidos. No Centro-Oeste, em Mato Grosso, o investimento, de R\$



15,8 milhões, será destinado a Cáceres, para melhorar a infraestrutura voltada ao escoamento de granéis sólidos.

O estado do Rio de Janeiro contará com R\$ 275,3 milhões para ampliar a capacidade do terminal de São João da Barra (Açu) para movimentar granéis líquidos. Também no Sudeste, o Porto de Santos (SP) terá R\$ 1,24 bilhão para a melhoria da estrutura para o transporte de passageiros. E, na região Sul, o terminal de Rio Grande (RS) receberá R\$ 93 milhões para ampliar a capacidade operacional no transporte de granéis líquidos e sólidos.

Em 2024, os terminais privados movimentaram 846,9 milhões de toneladas de cargas, principalmente minério de ferro, petróleo e seus derivados, além de grãos, com destaque para a soja. De janeiro a maio de 2025, a movimentação foi de 341,4 milhões de toneladas, 1% a mais que o total do mesmo período do ano anterior, 337,8 milhões de toneladas. Em maio deste ano, as movimentações portuárias saltaram 8%, atingindo 76,1 milhões de toneladas, contra 70,4 de milhões de maio de 2024. O minério de ferro, o petróleo e seus derivados, além da soja, seguem como os principais motores desse crescimento.

De acordo com o secretário nacional de portos, Alex Ávila, cerca de 65% da movimentação de cargas no Brasil é realizada por meio dos TUPs, o que evidencia a relevância desses empreendimentos para a economia nacional. “Eles são fundamentais para garantir eficiência e competitividade logística no país”, destacou.

Já o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, citou estudo realizado em meados do ano passado projetando que, a partir de 2026, haverá crescimento médio de 5,7% nos embarques e de 3,3% nos desembarques. “Com base nesses dados, estima-se que as exportações brasileiras possam registrar taxa média de expansão em torno de 3,5%, o que representa oportunidade de movimentar aproximadamente R\$ 3 trilhões”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/07/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/07/2025